

Revista

**FEBASE**

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Ano IV  
N.º 29  
1,50 €  
Janeiro de 2013

Diretor: Delmiro Carreira

Menos dias  
de indemnização  
*igual a*  
despedimentos  
mais fáceis e baratos



Governo tem de cumprir acordo de concertação social



## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Horácio Oliveira – SBSI  
Pereira Gomes – SBN

**Conselho editorial:**  
Constança Sancho – SBSI  
Firmino Marques – SBN  
Patrícia Caixinha – STAS  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 062/090  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 68.000 exemplares  
(sendo 3.500 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**ENTREVISTA** | Rui Riso

“Febase é antecâmara para um sindicato único” **4**

“O ano de 2012 foi profundamente negativo para os bancários” **6**

“Queremos negociar com a APB cláusulas de regulação” **7**

**SINDICAL** | Atualidade

Conselho Geral aprova Plano de Atividades e Orçamento **8**

Negociação coletiva no topo das prioridades **9**

Novo mecanismo de supervisão bancária  
marca reunião do diálogo social do BCE **10**

OE 2013: Presidente fica aquém do desejado pela Febase **11**

**Questões** | Jurídicas

Orçamento inconstitucional **12**

Respeito pela Constituição **13**

**CONTRATAÇÃO** | Banca

Febase propõe manutenção do pagamento por inteiro dos subsídios **14**

Federação quer saber destino dos subsídios de férias **15**

Despedimento coletivo no BIC/BPN **15**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros

Não desistiremos de lutar contra toda e qualquer adversidade **16**

**UGT** | Concertação Social

UGT exige recuo do Governo **17**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional

Caminhadas voltam em força **18**



19

| Bancários Centro



22

| STAS Actividade Seguradora



25

| Bancários Sul e Ilhas



28

| Bancários Norte



Texto: **CARLOS MARQUES**

## Um túnel sem fundo à vista

Estamos perante uma crise económica e financeira sem par na nossa História. É uma evidência que todos sentimos na pele e que tem justificado os maiores disparates políticos de que há memória na democracia.

Tudo tem servido para, à boleia da crise, colocar em causa compromissos firmados de boa-fé, veja-se o caso do salário mínimo, ou até colocar em causa a carta magna do País, como se fosse esta a culpada dos erros, omissões e negligências de quem governa. O recente episódio de um secretário de Estado vir pressionar o Tribunal Constitucional para que a decisão, que este vai ter de tomar sobre o OE para 2013, não coloque em causa a sua integral aplicação, é a cereja no cimo do bolo, dando assim razão à ministra da Justiça, quando esta afirmou que tudo ia mudar na justiça após a sua, e a da nova PGR, entrada em cena. Ou se quisermos subir o degrau da responsabilidade, temos o caso do Pedro e da Laura, que enquanto cidadãos me merecem todo o respeito, mas que deviam ter o bom senso de estarem caladinhos no que respeita à partilha dos sacrifícios a que uma boa parte da população portuguesa se encontra obrigada, sem esquecer que o Pedro primeiro-ministro é aquele que todos os anos e até em alguns meses promete a luz ao fim do túnel, para daí a momentos constataremos que afinal estamos, isso sim, num túnel sem fim à vista.

Primeiro-ministro que confunde o trigo e o joio quando num discurso para jovens do seu partido falava das pensões, seja qual for o montante, recebidas pelos pensionistas como se estas fossem um luxo ou uma regalia, esquecendo-se de dizer, porque não lhe convinha, que à exceção daquelas recebidas pelos políticos todas as outras são a contrapartida legalmente assumida pelo sistema de Segurança Social, que ao longo da vida profissional dos trabalhadores recebeu destes a contribuição estabelecida e que agora unilateralmente coloca em causa.

É de facto ridícula, se não fosse perigosa, a deriva que a governação deste País tem vindo a sofrer, à qual acresce um Presidente da República sem rumo e sem um objetivo para quem nele votou – em sede de declaração de interesses, fica desde já

a minha afirmação de que não votei nele –, incapaz de definir políticas que caminhem em defesa dos portugueses, ao encontro das promessas que eleitoralmente fez, ou tão-somente em defesa dos que nele votaram. Nos seus discursos redondos, já ouvimos a primazia dos mercados e o seu contrário; já ouvimos que os portugueses não aguentam mais a situação, quando esta, numa escala de 10 ainda se encontrava nos 6, e depois um silêncio ensurdecador, quando começou a trepar na escala, agora ultrapassada; já o vimos e ouvimos afirmar que tem sérias dúvidas sobre a constitucionalidade de um diploma com a importância que tem o Orçamento do Estado, mas depois empurrar com a barriga a sua promulgação e esperar que outros tomem as decisões que ele não quis ou não foi capaz de tomar.

E tudo isto de um PR que em tempos, ainda se devem recordar do episódio da autonomia açoriana, não se importou de fazer um discurso à nação porque lhe estavam a querer tirar poderes. É caso para perguntar: de que lhe serve afinal o poder que tem?

É preocupante a situação, e muito mais preocupante quando se assiste a um vazio de lideranças políticas fortes e coerentes, com respostas factíveis aos problemas com que o país se depara, com um discurso suficientemente mobilizador capaz de transmitir aos portugueses a tranquilidade que estes precisam para dobrar este cabo das tormentas em que se encontram.

Este é o terreno pantanoso propício ao surgimento de algum charlatão bem vestido e bem-falante, legitimado pela falta de credibilidade em que a classe política se encontra, alicerçado pelas sucessivas golpadas a que temos assistido ao edifício do Estado social, ao desrespeito por compromissos passados e até ao discurso, já ensaiado, de suspender a Constituição porquanto esta é uma força de bloqueio.

Na democracia há temas com que não se pode brincar, e no entanto, muitos dos que no momento da sua tomada de posse juram cumprir e fazer cumprir a Constituição, estão a brincar com ela. Resta-nos, se eles não forem capazes de arrepiar caminho, exigirmos e obrigarmos nós ao cumprimento da Constituição do País. ■

### NOTA DO DIRETOR

Rui Santos, editor da Revista Febase desde o seu primeiro número, publicado em 16 de março de 2010, pediu a demissão dessas funções alegando descontentamento com alguma falta de empenho de membros da equipa da revista e dificuldades de articulação com o Pelouro da Informação.

A Febase deve bastante a Rui Santos pela forma competente, profissional e, acima de tudo, pela atitude sindical que sempre assumiu no desempenho da importante função de editor de uma revista ímpar no movimento sindical português.

Em nome do Secretariado, da Direção da Revista Febase e do meu próprio, agradeço sinceramente o privilégio de termos trabalhado em conjunto nestes quase três anos em que se produziram 28 números, rigorosamente publicados nas datas programadas.

Elsa Andrade, jornalista da revista, assume as funções até agora desempenhadas por Rui Santos, o que é uma garantia de que o bom trabalho até agora levado a cabo continuará.

*Delmiro Carreira*  
Diretor da Revista Febase

Secretário-geral da Federação

# “Febase é antecâmara para um sindicato único”

TEXTO: ELSA ANDRADE

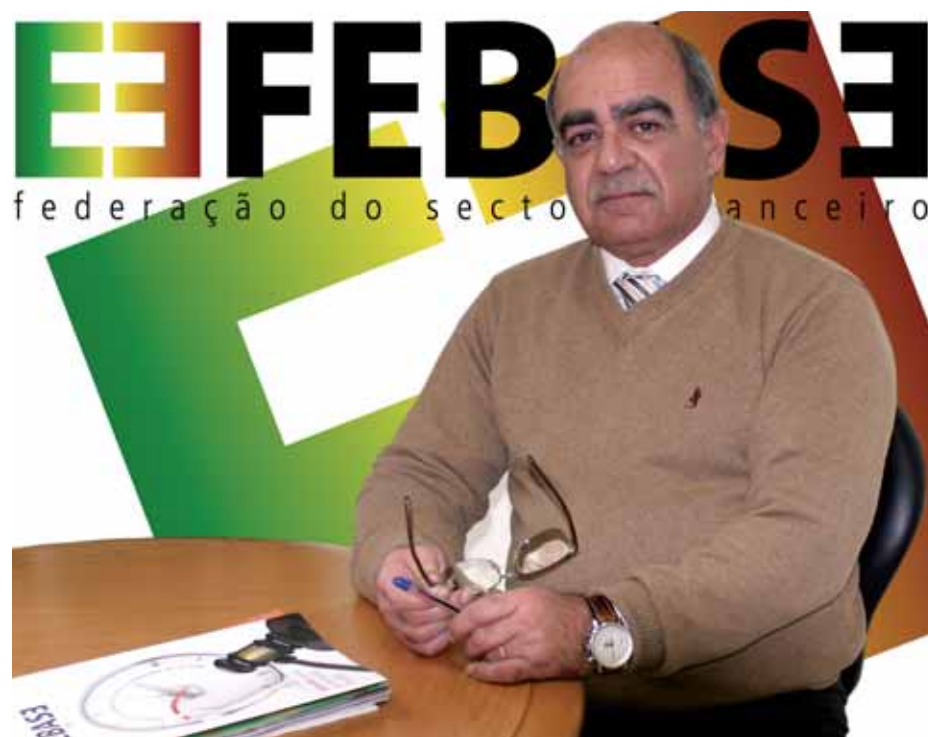
A Febase poderá dar origem a um sindicato nacional do setor financeiro. A ideia está a ser consolidada, com o objetivo de ter uma organização mais forte e representativa, revela o secretário-geral da Federação. Rui Riso critica ainda as constantes críticas ao trabalho dos sindicatos, num momento tão complicado para os trabalhadores como o que se vive atualmente

**P - Fala-se muito em refundação. Os sindicatos também precisam de passar por um processo dessa natureza?**

R - Os sindicatos e as suas direções, ao contrário daquilo que alguns dizem, são eleitos democraticamente. Às vezes procura-se colocar em causa a legitimidade das direções tendo em conta o número de votantes, mas em Portugal, de uma maneira geral, a abstenção tem vindo a aumentar.

Uma análise sumária e distanciada faz-nos pensar que as pessoas participam menos por dois motivos: acham que alguns vão votar e resolvem o problema, não tendo eles essa incomodidade; outros pensam que as instituições da democracia, neste caso os sindicatos, têm neste momento um papel menos importante do que no passado. Não pode haver maior erro neste tipo de pensamento, porquanto a democracia exige participação dos cidadãos. Ainda assim, as direções dos sindicatos são eleitas democraticamente pelas pessoas que querem votar e daí resulta a sua legitimidade.

Mas naturalmente há evoluções nas sociedades que obrigam as instituições a adaptarem-se, seria uma visão perfeitamente anacrónica dizer que o sindicalismo de hoje é igual ao de 1974/75. Isso está a acontecer com os sindicatos, mas o seu papel continua e continuará sempre a ser a defesa dos seus representados, em qualquer circunstância e perante qualquer adversidade. É verdade que nem sempre é



dada aos sindicatos a visibilidade que deveriam ter no quadro da democracia portuguesa, porquanto se encontramos espaço para discutir matéria sindical e de direitos laborais com as entidades patronais temos por vezes algumas dificuldades em discutir com outras instituições da democracia, nomeadamente com o Governo, quando existem problemas como os que são conhecidos relativamente a instituições públicas – CGD, IFAP, BPN, Parvalorem. Não tem havido por parte do Governo abertura para aprofundar as negociações que têm de ser levadas a cabo neste contexto. E isto pode levar a uma situação permanente de processos em tribunal, o que não é bom para o Governo, para os sindicatos e para os trabalhadores do setor. As instituições democráticas têm que se respeitar mutuamente e nem sempre sentimos que haja esse respeito para com os sindicatos. Quer se queira quer não, o espaço dos sindicatos sempre foi e será o mesmo: a defesa intransigente dos direitos, por via da negociação.

## Valorizar a negociação coletiva

**P - É mais fácil negociar com os banqueiros do que com o Governo?**

R - Tem sido. Há mais abertura da APB do que do Governo. O Acordo Tripartido celebrado com a UGT – agora posto em causa pelo Governo – tem uma cláusula que se refere concretamente à valorização da contratação coletiva, mas não basta dizer que queremos valorizá-la com os parceiros não públicos. O Governo, quando é parceiro na contratação coletiva, também tem de ter abertura para essas negociações. E tem sido difícil negociar com o Governo.

**P - Os sindicatos também reclamam a publicação de portarias de extensão, sus-pensas há algum tempo...**

R - As portarias de extensão são também valorizadas no Acordo Tripartido da concertação social, ainda que o Governo, em determinada altura, tenha posto em causa os critérios de representatividade das associações para as solicitarem. É de toda a justiça que no setor existam as mesmas normas e regras. Não podemos permitir que trabalhadores desempenhando as mesmas funções tenham situações diferentes, ou seja, se estão em instituições financeiras que negociam com os sindicatos têm um determinado tipo de proteção e os outros, porque não abrangidos pela convenção coletiva, têm menos proteção ou nenhuma. E também aqui se

induz o critério da concorrência desleal, porque há entidades a fazerem concorrência a outras pois os seus trabalhadores têm menos direitos. Quando os sindicatos pediram a publicação da Portaria de Extensão, a reclamação veio de uma série de Instituições que, apesar de associadas da APB, estão à margem da negociação coletiva. Isto não pode continuar a acontecer. Se houve publicação de portarias de extensão para outros setores, faz todo o sentido que a do setor financeiro também o seja.

## Ataque aos sindicatos

**P - Disse que neste momento é mais fácil negociar com a banca do que com o Governo. Algumas vozes críticas acusam os sindicatos de defenderem os interesses do patronato. Como é que a Febase encara essas acusações?**

R - Nunca os sindicatos fizeram o papel dos patrões. Os sindicatos dos bancários precisam de ter bancos fortes, porque quanto maior for a sua saúde financeira mais possíveis e fáceis se tornam os processos reivindicativos. Em Portugal e um pouco por toda a Europa verifica-se que a negociação é a única via possível para obter resultados.

Os sindicatos da Febase assentaram sempre a sua postura na negociação e é esse percurso que querem continuar a percorrer, pois assim conseguem-se direitos que por outra via não se alcançam, como se tem visto nos últimos anos. E precisamos sobretudo de tirar os trabalhadores bancários do "olho do furacão" da crise. Isso, ainda assim, tem vindo a ser conseguido, com muita dificuldade e contra ventos e marés. Por vezes até contra ventos e marés internos, porque parece haver pessoas que não aceitam muito bem as regras democráticas. Pessoas a quem não se reconhece qualquer tipo de atividade sindical ou de defesa dos direitos dos trabalhadores – além de uma atividade panfletária – acusam permanentemente as direções e os sindicatos de nada fazerem. Os sindicatos fazem e mantêm. A crítica pela crítica não conduz a lado nenhum, é preciso as pessoas unirem-se nestes momentos difíceis, para levarmos a bom porto o barco que dirigimos.

De uma vez por todas, há que saber viver em democracia e não se pode nem

deve utilizar a liberdade de expressão, só possível em democracia, para a pôr em causa. O mesmo acontece com os sindicatos, as minorias devem ter a capacidade de fazer oposição obedecendo às regras democráticas. A oposição responsável é útil à democracia, mas a irresponsável contribui para o seu descrédito. É bom que os trabalhadores do setor financeiro saibam que na última revisão estatutária da Febase o Secretariado Nacional acolheu alterações propostas por um grupo de conselheiros que votaram contra as suas próprias propostas, só para que constasse. Decididamente, esta é uma oposição irresponsável.

**P - Outra crítica recorrente é que os sindicatos são divisionistas...**

R - Não acolho essa crítica. Os sindicatos da Febase, quando entenderam fundar a Federação, pretenderam criar uma organização que ultrapassasse as dificuldades existente pelo facto de haver três sindicatos verticais do setor bancário e dois do segurador. Ou seja, o objetivo foi não funcionar como divisionista, mas exatamente o contrário.

Entretanto foram aparecendo outros sindicatos na área da banca, alguns antes ainda da fundação da Febase – a quem não se reconhece atividade sindical –, bem como um sindicato de empresa, cuja génese está na saída de alguns elementos dos sindicatos verticais. Portanto, não são os sindicatos verticais que têm contribuído para esse divisionismo, são mais os outros, porque todos

eles derivam dos sindicatos verticais. Se alguém tem de ser acusado de divisionista não é seguramente a Febase nem os seus sindicatos, até porque estes sindicatos têm uma matriz que não acolhe o conflito pelo conflito, valorizando antes o diálogo e a negociação.

## Caminhar para um sindicato único

**P - A existência da Febase pode ser um entrave a uma refundação sindical neste setor?**

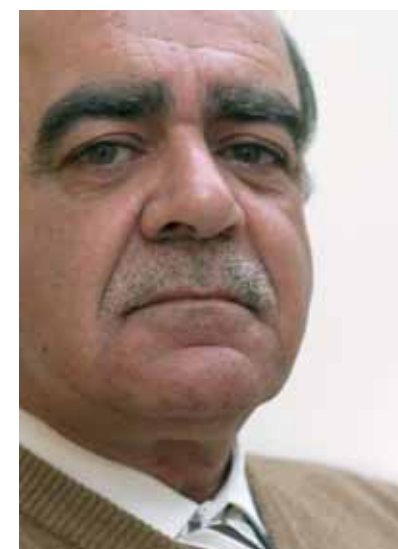
R - A fundação da Febase teve em vista ultrapassar o facto de não ter sido possível na altura caminhar-se para um sindicato único. Hoje pensamos, tal como antes, que a Febase pode ser a antecâmara de um sindicato único do setor financeiro, de âmbito nacional. Tudo leva a crer que essa será uma das opções futuras e é também um anseio da classe bancária e dos trabalhadores dos seguros.

**P - É para aí que se caminha?**

R - Têm sido dados passos nesse sentido, vamos ver se é possível caminhar de formar mais consistente. Mas sabemos que estes processos nunca são fáceis nem rápidos, têm de ser consolidados. Os sindicatos verticais da banca e dos seguros estão integrados na sociedade sob esta forma, e por vezes as instituições com muitos anos têm alguma dificuldade em adaptar-se a estas novas realidades.

**P - Qual é a mais-valia para os trabalhadores de um sindicato único em vez da manutenção dos atuais sindicatos integrados numa federação?**

R - Terem um sindicato mais forte, porque mais representativo. Há sinergias que acabam por não ser aproveitadas exatamente por haver cinco sindicatos. Em termos de contratação coletiva esse desiderato já foi alcançado, porque o Pelouro da Contratação, quer da banca quer dos seguros, tem tido resultados assinaláveis, mesmo contra todas as tempestades. Convém lembrar que o setor segurador esteve sem convenção coletiva durante alguns anos e há quase dois, numa altura francamente crítica, conseguiu fechar um CCT, que está em vigor. Isso é também fruto da existência da Febase, porque fortaleceu os sindicatos que a compõem. Mas há alguns setores da nossa atividade sindical que podem ser melhorados e avançados, e sê-lo-ão com certeza com a criação de um sindicato único. E dada a importância do setor financeiro no sindicalismo em Portugal, o seu fortalecimento conduzirá também ao fortalecimento da atividade sindical portuguesa. ■

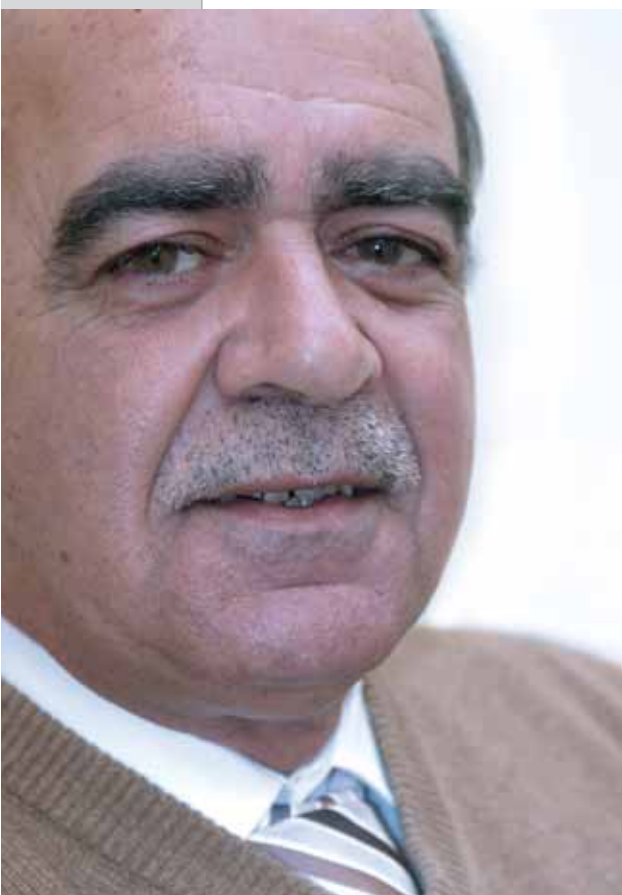


A oposição responsável é útil à democracia, mas a irresponsável contribui para o seu descrédito



# “O ano de 2012 foi profundamente negativo para os bancários”

TEXTO: **ELSA ANDRADE**



**P - O ano de 2012 foi muito complicado para os bancários. Que balanço é possível fazer?**

R - Um balanço francamente negativo. A uma acentuada diminuição da atividade económica em Portugal correspondeu uma forte redução da atividade financeira, que acabou por se refletir nos bancários, nomeadamente na redução de postos de trabalho num setor onde tal não acontecia desde 1939, e com uma mediatização tão grande. Por outro lado, as alterações na fiscalidade de produtos como os PPR, mais tarde ou mais cedo, poderão vir a afetar muitos postos de trabalho na atividade seguradora.

**P - Os reformados também foram atingidos, apesar da salvaguarda dos subsídios face à transferência dos fundos de pensões para o Estado...**

R - É verdade. Os sindicatos conseguiram a manutenção dos 13.º e 14.º meses dos reformados e pensionistas através do Acordo Tripartido, e os restantes casos estão em tribunal. Mas mantém-se o problema do peso excessivo dos impostos, que está a

tirar poder de comprar aos portugueses. Segundo a KMG, a carga fiscal em Portugal está entre as mais altas da Europa e os reformados têm uma taxa ainda mais elevada. Ora com a entrada cada vez mais tardia dos jovens no mercado de trabalho, com níveis de desemprego como os que temos, quantos pais e avós asseguram o apoio aos seus, quer para os estudos quer para pagar o empréstimo da casa ou até para a alimentação? E quantos pais veem os filhos regressar a casa, umas vezes acompanhados pelos cônjuges e filhos, outras depois de desfeitos casamentos, também por dificuldades económicas? No fundo, pais e avós substituem-se ao Estado num tipo de apoio social que acaba por desequilibrar os seus próprios orçamentos. As sociedades desenvolvem-se numa expectativa de ascensão social e espera-se que as gerações vindouras tenham melhores condições de vida do que as antecessoras. Quando esses percursos ascensionais se interrompem, as consequências podem ser difíceis no presente e serão devastadoras no futuro.

**P - As perspetivas para 2013 são de um ano ainda mais difícil.**

R - A diminuição de rendimentos dos trabalhadores por via do OE para 2013 preocupa-nos sobremaneira e suscitaremos, nas instâncias próprias, a inconstitucionalidade dos artigos que afetam os rendimentos dos trabalhadores no ativo e dos reformados.

Na prática, essa redução diminuirá abruptamente o poder de consumo e apenas parte das consequências estão à vista, muitas só aparecerão no futuro. Nos últimos 30 anos evoluímos de forma sólida nos indicadores de desenvolvimento social, mas atente-se no aumento da mortalidade infantil, segundo foi recentemente divulgado. Passar de 2,5 para 3,1 transporta-nos para níveis de há dez anos – e de entre os muitos fatores que possam ter contribuído para essa regressão um será incontornável: a crise económica, donde resultam dificuldades de acesso a níveis de bem-estar que estavam a consolidar-se na sociedade portuguesa. A continuar assim, dentro de poucos anos diminuirá também a longevidade, porquanto a diminuição de rendimentos cerceia o acesso à saúde e diminui a qualidade dos alimentos, por exemplo.

**P - O OE traz também a novidade de uma norma dirigida concretamente aos traba-**

**lhadores do Banco de Portugal. Como encara essa questão?**

R - O não pagamento dos subsídios de férias aos trabalhadores do Banco de Portugal é um caso ainda mais complexo. À inconstitucionalidade, em nosso entender, acresce o facto de os bancos centrais não poderem financiar os Estados, de acordo com o BCE. A ser assim, os montantes dos subsídios retidos não poderão ser entregues ao Estado português e ficarão no banco, tornando a medida absolutamente inócua. Esta é a posição que apresentaremos ao Governador quando ocorrer a reunião que solicitámos.

## Críticas na comunicação social

**P - Estas tomadas de posição da Febase têm suscitado reações negativas na opinião pública...**

R - A comunicação social tem vindo a levantar questões sobre a atividade sindical em geral e sobre a dos bancários em particular, porquanto os sindicatos verticais têm, ainda assim, conseguido assegurar um conjunto de direitos que resulta de décadas de negociação coletiva. O facto de termos assegurado esses direitos – nomeadamente dos reformados, através do Acordo Tripartido –, tem sido alvo de comentários menos favoráveis.

Assentando a sua postura na negociação, estes sindicatos têm conduzido à manutenção de um conjunto de direitos que outros não têm conseguido – e isso parece estar a incomodar mais a comunicação social do que a sociedade e coloca os bancários no “olho do furacão”: porque a crise foi apontada como sendo do setor bancário e causada por este, e porque os sindicatos têm conseguido assegurar os direitos dos seus representados.

**P - As famílias foram confrontadas com um forte endividamento e sem capacidade para assegurar os seus compromissos...**

R - Ao longo dos anos, e um pouco ao contrário do que a opinião pública diz, o endividamento das famílias em Portugal resultou de haver no mercado grandes quantidades de recursos económicos. Os portugueses aproveitaram os instrumentos que a banca pôs ao seu dispor para melhorarem as suas condições de vida, e os bancários, como bons profissionais, trabalharam bem esses produtos. Nunca ninguém disse que aqueles recursos iam

acabar de um momento para o outro e que a expectativa de crescimento contínuo iria acabar numa recessão como a que estamos a viver desde 2008. Portanto, era expectável que as famílias conseguissem ultrapassar todo esse endividamento.

**P - Mas a salvação dos bancos trouxe problemas à população, como a nacionalização do BPN e o apoio à recapitalização de algumas instituições...**

R - Em Portugal tivemos o problema do BPN, mas é bom lembrar que em quase todos os países houve casos semelhantes. Basta ver Espanha, com a questão do Bankia e da Novagalicia Banco. Existem determinações claras para haver uma forte redução do número de trabalhadores nesses dois grupos bancários, que pode atingir oito mil.

Sempre considerámos que o novo BPN (por integração no BIC) não poderia trabalhar com menos de 1200 trabalhadores e foi sensivelmente esse número que ficou. Estamos naturalmente muito preocupados com os 99 trabalhadores que receberam cartas de despedimento e a trabalhar para os defender da melhor maneira legal que se encontrar. Como estamos também a trabalhar na defesa dos trabalhadores da Parvalorem e de todos os outros.

## Trabalhadores qualificados

**P - Refere-se aos processos de rescisões de contrato?**

R - Sim. É bom não esquecermos que os bancos, para poderem recorrer aos fundos de recapitalização, tinham de apresentar planos de reestruturação. Mas nós não queremos que a banca continue a perder profissionais. Os bancos e os sindicatos apostam muito na formação dos bancários, uma formação que demora anos a consolidar. Esta redução drástica do número de trabalhadores poderá pôr em causa, mais tarde, o desenvolvimento da atividade económica em Portugal, por falta de efetivos qualificados. Os bancários não contam só dinheiro, muita da atividade bancária não é feita por máquinas mas por pessoas qualificadas, por profissionais que levaram a banca portuguesa a ser uma das bancas mais produtivas da Europa e até do mundo. Esta matéria é de tal maneira

A diminuição de rendimentos dos trabalhadores por via do OE para 2013 preocupa-nos sobremaneira e suscitaremos, nas instâncias próprias, a inconstitucionalidade dos artigos que afetam os rendimentos dos trabalhadores no ativo e dos reformados

importante que nas reuniões do diálogo social entre a UNI e a Comissão Europeia existe uma viva discussão sobre as competências que os trabalhadores bancários devem possuir para desempenhar esta atividade.

**P - A retoma portuguesa dependerá muito da política europeia...**

R - Sem dúvida. Quando a Grécia teve um problema, o problema era grego; quando a Irlanda teve um problema, era irlandês; quando Portugal teve um problema, este é português mas já começa a ser também da Europa. E a seguir há um problema em Espanha, surgem dúvidas sobre a solidez do sistema financeiro italiano e o francês também não está muito bem: a crise torna-se muito mais europeia do que até

então. Enquanto foram os países do Sul da Europa, excetuando a Irlanda – que tem sido quase excluída dos países em crise em todos os discursos oficiais, quer dos responsáveis europeus ou até dos de Portugal, Espanha ou da Grécia – a Europa não tomou medidas atempadas para evitar que a crise se propagasse. E o Chipre também já foi intervencionado.

Sempre defendi – nas nossas publicações e no Congresso da UNI – que quando a crise atingisse os países grandes encontrar-se-iam soluções, e dá ideia que a Europa ficou à espera que a crise chegasse à Itália, à França e à Alemanha (também já se fala nisso) para tomar medidas. Parece que agora há vontade de resolver as coisas. ■

## No âmbito da contratação coletiva

# “Queremos negociar com a APB cláusulas de regulação”

**P - Os sindicatos sentem que a população em geral considera os bancários responsáveis pelos riscos do crédito, confundido o papel dos bancos com o dos bancários?**

R - Existe muito essa confusão, com fortes contributos da comunicação social. Quando um bancário vende um produto financeiro com algum risco, que seguramente é explicado, e o cliente vê em causa o seu património porque não contou com o risco, vira-se contra o trabalhador, não contra o banco ou o sistema financeiro. Isso está a acontecer novamente. Como as taxas de juro dos produtos tradicionais são baixas, as pessoas apostam nos produtos bancários de elevado risco, que continuam a existir.

Temos receio que a breve trecho possam ocorrer outros desvarios como os cometidos no passado relativamente a estes produtos. Daí os sindicatos entenderem, nomeadamente através da UNI, que tem de haver muito mais regulação para estes produtos.

**P - Em alguns países, como a Inglaterra, os sindicatos conseguiram negociar com a banca um estatuto de vendas responsáveis. Os sindicatos da Febase vão seguir o exemplo?**

R - Continuamos nessa senda e pensamos que irá ser possível. A discussão deve fazer-se no quadro da negociação coletiva que está a ser desenvolvida na APB. Temos de introduzir algumas cláusulas de salvaguarda sobre vendas responsáveis, não há mais condições no mercado para continuarmos a apostar em produtos de elevadíssimo risco. E isso não pode ser feito apenas num quadro de boas intenções, tem de estar formalizado.

A venda responsável é uma obrigação moral dos mercados financeiros: porem ao dispor dos seus clientes produtos dessa natureza, mas tendo obrigatoriamente toda a informação e avisando-os sobre os riscos. Já ficou provado no passado que os mercados não se autorregulam.

Esta matéria que tem sido muito discutida entre a UNI e a Comissão Europeia, ao nível da regulação e da Direção-Geral de Mercados Financeiros. Tem sido dito à CE, através da UNI, que os sindicatos não são apenas espetadores, têm de fazer parte deste processo de clarificação dos mercados. Este é um trabalho dos sindicatos, porque assim defendem os trabalhadores da pressão dos clientes e na sua estrutura moral, ao não serem obrigados a vender produtos de elevado risco como se não o tivessem.

**P - Há abertura da banca para uma negociação desse nível?**

R - Pensamos que sim. Na revisão global do ACT – denunciado pelas Instituições de Crédito – ainda não se começou a discutir essa matéria, que necessariamente tem de ser incluída na contratação coletiva. Aliás, existe essa abertura um pouco por toda a Europa – já aconteceu na Dinamarca, na Inglaterra, na Alemanha... Portanto pensamos que chegará também a Portugal a necessidade de essa matéria ser regulada, mormente pela negociação coletiva.



# Conselho Geral aprova Plano de Atividades e Orçamento

O Conselho Geral da Febase reuniu-se, em sessão ordinária, para votar o Plano de Atividades e o Orçamento da Federação para 2013. Reunião marcada ainda pela aprovação de uma moção contra as políticas do Governo

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Porto foi a cidade escolhida para a reunião do Conselho Geral da Febase, no dia 13 de dezembro, tendo em vista o debate e votação do Plano de Atividades e do Orçamento da Federação para 2013, que foi aprovado por maioria, com 83 votos a favor e quatro contra. Em cima da mesa esteve ainda a deliberação de uma moção contra as principais políticas do Governo assentes no Orçamento do Estado.

Ainda antes do debate sobre a moção, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Alfredo Lopes Val-Figueira, fez questão de lembrar que a

Febase completou cinco anos de atividade no dia 6 de dezembro, convidando o atual secretário-geral a proferir algumas palavras sobre a efeméride.

Rui Riso começou por congratular todos aqueles que contribuíram para a constituição e desenvolvimento da Federação, lembrando um processo longo e difícil mas ainda por terminar. Relativamente à moção, explicou que a mesma fala por si, refletindo todas as preocupações do setor financeiro num ano que será muito penalizador. O secretário-geral terminou a sua intervenção garantindo que a Febase quer ter uma palavra a dizer sobre este assunto.

Já Carlos Silva, em nome do Sindicato dos Bancários do Centro, revelou ser "com grande honra e gosto regionalista que, em boa hora, se aderiu a esta ideia". O presidente do SBC afirmou que, nestes cinco anos, a Federação ainda não se encontra consolidada mas que as bases para um debate construtivo sobre a constituição de um sindicato único – desejo que vem sendo manifestado há alguns anos – estão lançadas.



O candidato a secretário-geral da UGT defendeu que a central sindical tem um papel bastante relevante na concertação social e os sindicatos da Febase "sempre têm sido um exemplo de democraticidade interna, de capacidade organizativa, de defesa intransigente dos trabalhadores e da contratação coletiva". Carlos Silva finalizou lembrando que estes mesmos sindicatos conseguiram uma importante vitória com a assinatura, em 2011, do Acordo Tripartido, e que não compreende como exista, no seio dos bancários, quem ponha em causa este acordo.

## Defesa do Estado social

Num ano que se prevê vir a ser muito difícil, a defesa do Estado social torna-se assim numa das principais preocupações da Febase, não deixando esta de

estar atenta a tudo o que possa colocar em causa os direitos adquiridos.

O corte de quatro mil milhões de euros na despesa mereceu reprovação do Conselho Geral, tendo este referido que tal medida irá "pôr em causa o Estado social". Os conselheiros lembram que

do Governo, tendo sido aprovada por maioria, com 83 votos a favor e três contra.

O Orçamento do Estado – cuja forte carga fiscal penalizará trabalhadores, pensionistas e cidadãos em geral – mereceu especial atenção por parte

## Negociação coletiva no topo das prioridades

Para a Febase é urgente a necessidade de antecipar o pagamento de metade do 13.º e do 14.º mês, que deverão ser pagos mensalmente a partir de janeiro deste ano, salvo em todos os casos em que já existe antecipação mais favorável para os trabalhadores, como é o caso do setor financeiro.

É ainda imperativo que tal medida seja extensível a todos os reformados e pensionistas do setor. O valor restante dos subsídios deverá ser pago igualmente a todos os pensionistas que sofram um agravamento da carga fiscal.

É objetivo da Federação continuar a sua política de defesa da negociação coletiva, elemento fulcral na defesa do Estado democrático. Com base neste pressuposto, é exigida a rápida publicação da Portaria de Extensão apresentada pelos sindicatos da Febase, nos prazos fixados na Resolução do Conselho de Ministros de outubro de 2012, bem como o diálogo social na administração pública e no setor empresarial do Estado.

## Salvaguarda de direitos

A salvaguarda dos direitos dos trabalhadores em instituições como o IFAP, a Parvalorem, o Grupo CGD ou a Real Vida Seguros é urgente e obrigatória.

A Febase não deixará de continuar a dedicar especial atenção à situação vivida no Millennium/BCP, no Banco BIC, no Banif, no Barclays Bank, no Montepio Geral, no BES e em todas as IC em fase de reestruturação que desrespeitem a dignidade dos trabalhadores.

Banca e seguros, outrora tidos como motores da economia e do investimento, são agora vistos como principais causadores da recessão económica e do retrocesso do Estado social. Desde o início da crise na Argentina, passando por EUA, Islândia, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, que o setor financeiro está constantemente debaixo de fogo.

No entanto, a Febase lembrou que os trabalhadores não foram os responsáveis pelas políticas seguidas pelas empresas, pelos mercados e pelos países. Se os bancos e seguradoras portuguesas cresceram e se revelaram como os mais modernos e rentáveis da Europa, muito contribuiu a missão bem-sucedida levada a cabo por todos os trabalhadores do setor.

Foi esta proteção por parte da Febase que atraiu sobre si a atenção da comunicação social, apostada em lançar constantes ataques ferozes a quem sempre se dedicou a salvaguardar os interesses e direitos dos trabalhadores.

A Febase lembrou, por fim, que a banca produziu, ao longo dos anos, "resultados operacionais que se traduziram em milhões de euros de lucros, distribuídos de forma discricionária pelos seus acionistas, administrações e direções" e que, neste momento, são os trabalhadores a pagar a fatura da má gestão dos banqueiros.

## Aposta na comunicação

O Orçamento para 2013, apresentado por Helena Carvalheiro, responsável pelo pelouro administrativo, fica marcado pela redução de 16.000€ nos custos totais em relação ao orçamento do ano transato. O total dos gastos será suportado, em igual valor, pelas receitas obtidas.

A aposta numa comunicação mais forte marca o orçamento para este ano, representando 339.900€ dos 519.610€ totais. O novo sítio, que estará online nos primeiros meses do ano, será mais um veículo importante na aproximação aos associados.

Uma das principais áreas da estrutura da Federação, a "Revista Febase", mantém a sua produção em dez números, mas os gastos descem, em parte devido à possibilidade de os assinantes receberem as edições via correio eletrónico.

A principal fonte de receita continuará a ser proveniente das quotizações, com um acréscimo de 8.700€, fixando-se nos 309.900€, a que se somam cerca de 30.000€ provenientes da publicidade, ou seja, 65% dos proveitos totais.

A parte restante – 179.710€ – será suportada por cada sindicato na mesma proporção do ano anterior: SBSI, 60%; SBN, 25%; SBC, 7,5%; STAS, 5,5% e SISEP, 2%.

o ensino obrigatório é universal e gratuito nos termos da Constituição e que a saúde é "um bem inalienável e inegociável para todos os cidadãos".

A Febase mostrou ainda a defesa intransigente do Estado social como garantia de acesso à saúde, educação e Segurança Social, fazendo ver aos diferentes agentes políticos que o debate sobre o mesmo não poderá nunca basear-se em "cortes cegos e iníquos", mas sim na "melhoria do funcionamento da administração pública, na garantia da qualidade na prestação dos serviços públicos, na sustentabilidade financeira do regime contributivo da Segurança Social e na melhor utilização dos recursos financeiros do Orçamento do Estado".

## Moção aprovada

Na habitual sessão anual esteve em análise uma moção contra as políticas

dos conselheiros, tendo estes apelado à sua fiscalização preventiva. Na sua habitual mensagem de Ano Novo, o Presidente da República anunciou que enviará o documento para o Tribunal Constitucional por existirem dúvidas na "justiça na repartição dos sacrifícios". Em causa estão as normas referentes à suspensão do subsídio de férias em geral, do subsídio dos reformados e a contribuição extraordinária de solidariedade.

Uma parte significativa da atuação da Febase irá desenvolver-se através de projetos autossustentáveis, que nascerão à medida que os assuntos sejam propostos e aprovados não tendo, naturalmente, uma calendarização pré-definida.

Iniciativas de sucesso como o concurso de fotografias FotoFebase e as Caminhadas Febase estarão presentes em força neste novo ano. ■



## Parceiros sociais reunidos em Frankfurt

Novo mecanismo de supervisão bancária  
marca reunião do diálogo social do BCE

Na 25.ª reunião do diálogo social do SEBC, o novo mecanismo de supervisão bancária esteve no centro da polémica. Apesar dos elogios de Mario Draghi, a nova medida deixa os vários representantes sindicais apreensivos. A crise e a relação entre BCE e bancos centrais nacionais também foram debatidas

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A sede do Banco Central Europeu, em Frankfurt, foi o palco da 25.ª reunião do diálogo social do Sistema Europeu dos Bancos Centrais Europeus (SEBC), nos dias 28 e 29 de novembro, e que contou com representantes sindicais de 21 países, bem como dos dirigentes das confederações representativas dos trabalhadores dos bancos centrais do SEBC (UNI Europa Finance, SCECBU e EPSU). O Banco de Portugal esteve representado por Elizabeth Barreiros (SBSI) e Henrique Rego (SBN).

Vários membros do BCE estiveram presentes, numa sessão que contou com a presença do presidente Mario Draghi.

Na abertura oficial, o presidente do BCE começou por mostrar-se satisfeito com a existência de um fórum desta envergadura, que permite aos parceiros sociais debater as matérias mais relevantes a nível das políticas seguidas pelo SEBC. Draghi não esqueceu um dos pontos mais importantes desta reunião, o novo mecanismo europeu de supervisão bancária, que irá conferir novas competências ao BCE, não deixando de referir a difícil conjuntura em que a Europa se encontra.

O italiano fez questão de sublinhar a importância dos trabalhadores dos bancos centrais e do BCE para a resolução da crise e a reconquista da confiança dos cidadãos na moeda europeia e apelou a uma união de esforços tendo em vista o entendimento comum.

Por fim, Mario Draghi terminou a sua breve declaração focando a questão da flexibilidade e mobilidade laborais como fatores essenciais à criação de emprego.



Já o presidente do Standing Committee, Thierry Desanois, começou a sua intervenção por saudar a presença, há muito aguardada, do representante sindical do Banco Central da Roménia mostrando-se visivelmente orgulhoso pelo apoio incondicional do Standing Committee neste desfecho. Em sentido contrário, Desanois lamentou a ausência de estruturas representativas dos trabalhadores da Bulgária, Estónia e Letónia, uma prova da falta de democracia ainda latente em alguns países europeus.

#### Mecanismo de supervisão preocupa sindicatos

O impacto da crise nos bancos centrais dos países onde se verificaram reduções salariais, como Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, foi tema de análise nas várias intervenções que se seguiram. Entre as várias preocupações dos sindicatos presentes estiveram as pesadas consequen-

cias a nível social nestes países, bem como a defesa da independência dos bancos centrais nacionais e das respetivas missões.

Tendo um painel especialmente afeto a esta matéria, o novo mecanismo de supervisão bancária, elogiado por Mario Draghi no discurso de abertura, acabou por ser um dos assuntos mais polémicos da reunião. Recorde-se que, em caso de aprovação desta medida, o BCE ficará com a responsabilidade final relativamente a funções de supervisão específicas relacionadas com a estabilidade financeira de todos os bancos da zona euro.

Os representantes sindicais presentes mostraram-se apreensivos por considerarem que, nesta área, reina o caos e o total desrespeito pelo princípio de subsidiariedade. Terá de existir a devida coordenação entre BCE e bancos centrais nacionais, caso contrário as repercussões poderão ser bastante graves, alertaram.

Os vários sindicatos frisaram que as autoridades nacionais devem ser as responsáveis pela respetiva supervisão bancária, deixando ainda uma pergunta no ar caso o novo mecanismo seja aprovado: quem será responsabilizado? A resposta foi dada pelos representantes do próprio BCE, que garantiram às unidades nacionais de supervisão um importante papel a desempenhar na supervisão quotidiana e na preparação e execução das decisões do BCE.

Além do presidente Mario Draghi, marcaram presença na reunião, em representação do BCE, Peter Praet, membro da Comissão Executiva, Steven Keuning, diretor-geral de Recursos Humanos, Orçamento e Organização, Manfred Koch, chefe da Divisão de Recursos Humanos e Relações com o Pessoal e Salvatrice Nicosia, técnico de Recursos Humanos. ■

#### Novas notas a partir de maio

A introdução da segunda série de notas de euro, denominada de "Europa", foi igualmente esclarecida na reunião do diálogo social do Sistema Europeu dos Bancos Centrais Europeus (SEBC).

As novas notas entrarão em circulação de forma gradual ao longo de vários anos, a começar pela nota de 5€, introduzida já a partir de maio deste ano.

De referir que os sindicatos têm vindo a alertar o BCE para possíveis situações de monopólio no fornecimento das notas, com as óbvias consequências a nível desta atividade nos bancos centrais nacionais.

## Fiscalização sucessiva do Orçamento

Presidente fica aquém  
do desejado pela Febase

O Presidente da República enviou ao Tribunal Constitucional para fiscalização três normas do Orçamento do Estado para 2013. A Febase queria mais

TEXTO: INÊS F. NETO

Após anunciar, na sua mensagem de Ano Novo, que enviaria o Orçamento do Estado (OE 2013) para o Tribunal Constitucional por existirem dúvidas na "justiça na repartição dos sacrifícios", o Presidente da República divulgou no dia seguinte quais as três normas em causa.

Cavaco Silva aprovou o OE, que entrou em vigor a 1 de janeiro, mas suscitou a fiscalização dos artigos que preveem a suspensão do pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos e de institutos e empresas do Estado (29.º), a suspensão de 90% do subsídio de férias ou equivalente aos pensionistas (77.º) e a introdução de uma contribuição extraordinária de solidariedade, a pagar pelos pensionistas com reformas acima dos 1.350 euros (78.º). Embora o Presidente não tenha feito acompanhar a solicitação de fiscalização sucessiva destas normas do OE de um pedido de prioridade, o Tribunal Constitucional adiantou, em nota divulgada, que "tal não impede" o órgão de "fazer uma ponderação autónoma quanto ao grau de celeridade na apreciação e decisão do processo", sem, no entanto, se comprometer com qualquer data.

A Febase esperava mais de Cavaco Silva, pois considera que há mais normas do OE feridas de inconstitucionalidade. "A decisão do Presidente da República ficou aquém das expectativas. Esperávamos que fosse mais longe", afirma Paulo Alexandre, coordenador do Pelouro da Contratação.

Para a Federação, há pelo menos cinco normas suscetíveis de inconstitucionalidade, como defendeu na declaração enviada ao Parlamento aquando da discussão pública do OE: a criação de uma sobretaxa de IRS, a redução do número de escalões de IRS, a violação da liberdade de contratação coletiva, a suspensão de subsídios e

outros benefícios laborais e a restrição salarial (ver "Questões Jurídicas").

Outra questão, adianta Paulo Alexandre, prende-se com a repartição dos subsídios em duodécimos, prevista no artigo 30.º: "Também aqui não é respeitado o direito à contratação coletiva e o direito dos trabalhadores pois não respeita o princípio estipulado nos IRCT e a prática das IC, que é mais favorável para os trabalhadores do que o agora preconizado."

#### Importante para os bancários

Embora desejasse que Cavaco Silva tivesse ido mais longe, a Febase não deixa de considerar importante a fiscalização da constitucionalidade destas três normas, cujo eventual "chumbo" do Constitucional tem implicações diretas na vida dos bancários.

"De uma forma ou de outra, todas elas dizem respeito aos bancários, no ativo ou reformados", refere o coordenador do Pelouro da Contratação.

O artigo 29.º abrange os trabalhadores das empresas e institutos do setor público ou empresarial do Estado, como os do Grupo CGD, IFAP, Parvalorem, Real Vida Seguros e Banco de Portugal. Já o artigo 77.º não se aplica aos bancários que na altura da passagem à reforma estavam inscritos na Cafab, pois a esses o III Acordo Tripartido salvaguarda os 13.º e 14.º meses. Mas os reformados que estavam inscritos no regime geral da Segurança Social ou na CGA, cuja pensão é suportada maioritariamente por estes organismos são abrangidos por esta disposição, tendo direito somente ao complemento pago pelas IC – matéria que aguarda decisão do Tribunal.

A contribuição extraordinária de solidariedade (78.º) é outra das questões que agrava ainda mais as injustiças, pois cria mais um "imposto" para os reformados com pensões acima de 1.350 euros.

"Àqueles que dizem só ser abrangidos por estas medidas porque os fundos de pensões foram transferidos para o Estado, esclarecemos que, da leitura daquele artigo constata-se que todas as pensões são taxadas em 3,5%, independentemente de quem paga a pensão", frisa Paulo Alexandre.



#### Mais pedidos de fiscalização

A Febase deposita agora a sua esperança no Tribunal Constitucional.

Entretanto, mais três pedidos de fiscalização sucessiva do OE 2013 deram entrada no Tribunal Constitucional. Os deputados do Partido Socialista têm as mesmas dúvidas que Cavaco Silva, pelo que requereram a fiscalização dos artigos 29.º, 77.º e 78.º, enquanto o Provedor de Justiça o fez apenas para os artigos 77.º e 78.º.

Já os deputados do PCP, BE e Os Verdes pretendem ver analisados os artigos 27.º (redução remuneratória), 29.º, 31.º (contratos de docência e de investigação), 45.º (pagamento do trabalho extraordinário), 77.º, 78.º, 117.º (contribuição sobre prestações de doença e de desemprego), 186.º (alterações ao Código do IRS, nomeadamente o artigo que modifica as taxas gerais, 68.º, e a taxa adicional de solidariedade, 68.º-A) e o artigo 187.º (sobretaxa em sede de IRS). ■

#### As dúvidas de Cavaco

O Presidente da República requereu ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade das seguintes normas da Lei do Orçamento do Estado para 2013:

- Artigo 29.º - suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente;
- Artigo 77.º - suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalentes de aposentados e reformados;
- Artigo 78.º - contribuição extraordinária de solidariedade.



Considerando a aprovação, promulgação e publicação do Orçamento do Estado para 2013, que apesar dos diversos pedidos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade entrou em vigor, na sua totalidade, no dia 1 de janeiro, convém estabelecer o que defendemos quanto a uma série de questões que têm sido colocadas e debatidas na praça pública

TEXTOS: JOSÉ PEREIRA DA COSTA\*



Na devida hora os contenciosos da Febase salientaram que há, pelo menos, cinco outras medidas que são estruturalmente inconstitucionais e sobre as quais o Tribunal Constitucional, mais cedo ou mais tarde, se irá pronunciar: a criação de uma sobretaxa de IRS e a redução do número de escalões de IRS, a violação da liberdade de contratação coletiva, a suspensão de subsídios e outros benefícios laborais e a restrição salarial

ra e colide com a visão que o legislador constituinte tem do Orçamento.

Desde logo porque, a bem da verdade, o artigo 105.º da Constituição não é um vazio axiológico: impõe que o Orçamento seja o verdadeiro instrumento de política económica e financeira do Estado, correspondendo, no seu todo, às grandes opções do plano, que não poderão estar desligadas da visão política que cada Executivo (e maioria parlamentar, acrescente-se) tem da realidade, do quotidiano, nem poderá, sobretudo, estar afastada de uma ideia política plurianual.

Nesta senda, a linguagem constitucional que, de quando em quando, não sai da hermenêutica jurídica, surge agora adaptada à vida de cada um de nós: aquilo que consta naquele documento legislativo afeta-nos em todos os momentos de cada ano e assim sucessivamente.

Esta realidade trouxe à discussão um aspeto positivo: nenhum de nós pode, em consciência, abandonar a discussão da questão orçamental, sob pena de se afastar da verdadeira gestão da "res publica", fim último da política, se em democracia quisermos viver.

Perante as dificuldades que surgiram desde 2008, a crise da dívida soberana entrou no léxico político, passando os sucessivos governos a utilizar a dialética orçamental como arma de combate ao endividamento – ponto assente. Cabe, então, saber se esta situação de

Teremos em 2013 mais do mesmo, perpetuando, por mais um ano esta situação que, no mínimo, suspende o nosso modelo de democracia representativa, legitimado na Constituição (é disto que se trata)?

Analisando o Orçamento, recentemente aprovado, promulgado e publicado, parece que sim, que teremos mais um ano de Orçamento inconstitucional, a não ser que o Tribunal Constitucional decida sobre os diversos pedidos de fiscalização sucessiva com brevidade.

Desde logo porque o Governo e a Assembleia da República fizeram tábua rasa da decisão de inconstitucionalidade relativa ao Orçamento de 2012, que evidenciou, e bem, a inconstitucionalidade da suspensão dos subsídios – é certo que a suspensão, para 2013, é relativa a um só subsídio, mas mantém-se a natureza da norma.

Depois porque, como na devida hora os contenciosos da Febase salientaram, há, pelo menos, cinco outras medidas que são estruturalmente inconstitucionais e sobre as quais o Tribunal Constitucional, mais cedo ou mais tarde, se irá pronunciar: a criação de uma sobretaxa de IRS e a redução do número de escalões de IRS, a violação da liberdade de contratação coletiva, a suspensão de subsídios e outros benefícios laborais e a restrição salarial.

No fundo e em jeito de conclusão, há um princípio sacrossanto de Direitos Fundamentais, reconhecido quer na

## Orçamento inconstitucional...

Desde logo, as alterações em sede de IRS (sobretaxa única e redução dos escalões) que, ao imporem um sacrifício adicional aos contribuintes, na medida em que aumentam, universalmente, a taxa aplicável e reduzem a progressividade da taxa inicial, são, a nosso ver, materialmente inconstitucionais por violarem princípios ínsitos na Constituição fiscal material, consagrados nos artigos 101.º a 107.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), o princípio da Igualdade e o princípio da construção do Estado de Direito Democrático reconhecidos, respetivamente, nos artigos 2.º e 13.º da CRP.

O Orçamento é, ainda, materialmente inconstitucional por violar o artigo 105.º da Constituição, na medida em que a elaboração e execução do Orçamento obedecem aos princípios constitucionais, nomeadamente ao respeito pelos direitos sociais e obrigações assumidas pelo Estado, seja por via de Lei ou contrato, o que no presente, como aliás nos anteriores, não sucede.

Consideramos, igualmente, que o Orçamento é inconstitucional porque viola o princípio da liberdade de contratação coletiva – artigo 56.º da CRP –, uma vez que reduz o alcance de futuras contratações e limita as disposições obtidas pelas anteriores. Nesta medi-

da, a inconstitucionalidade não advém apenas da interpretação conjunta do artigo 56.º e do 105.º, mas, sobretudo, da necessidade de considerar a contratação coletiva como um Direito Social, principalmente na correção das desigualdades.

Por outro lado, as reduções remuneratórias, sejam consideradas como tal, como contribuições extraordinárias de solidariedade (pensionistas e reformados) ou como suspensão de subsídios, são materialmente inconstitucionais, pois, além de violarem, da mesma forma, os artigos referidos, violam, também, o princípio do não retrocesso social, na medida em que a redução salarial imposta impede, isso sim, o progresso social e a redução das desigualdades, princípio e fim do Estado de Direito Democrático na defesa e salvaguarda dos direitos sociais.

Nesta senda, a manutenção da imposição de restrições salariais, acompanhadas de reduções remuneratórias e de outros direitos salariais, acompanhadas de uma política que não apele ao desenvolvimento social, como impõe o princípio do Estado de Direito, contraria a interpretação de não inconstitucionalidade desta limitação com base na transitoriedade das limitações e restrições. Isto é, a interpretação que o Tribunal Constitucional tem

feito destas restrições é simples: contrariam princípios constitucionais, mas dada a situação de emergência e de transitoriedade (salienta-se, sem conceder, que a transitoriedade advém, em si mesma, da urgência na resolução dos problemas orçamentais), com curta aplicação no tempo, são admitidas. Sucede que, a manterem-se no presente Orçamento, sem que se antecipe a curta duração das mesmas, a inconstitucionalidade, no âmbito desta interpretação, saliente-se, que é a do Tribunal Constitucional, deve ser suscitada e aferida.

Nos dois últimos anos o Tribunal Constitucional aferiu a constitucionalidade dos orçamentos tendo como pressuposto inicial a transitoriedade e necessidade das restrições, para as considerar constitucionais, e a desigualdade na repartição dos sacrifícios, como seja a suspensão do pagamento dos subsídios, para a consideração da inconstitucionalidade – no último aresto, Ac. TC 353/2012, o Tribunal pronunciou-se pela inconstitucionalidade do corte de subsídios, como se sabe, mantendo, no entanto, os efeitos da medida durante a vigência do Orçamento, decisão essa que não poderá renovar, caso não queira manter a suspensão da Constituição por mais um ano, porque é, no fundo, disso que se trata.

## ... e respeito pela Constituição

Dentro das novas realidades a que o povo português foi submetido, a questão orçamental tem centrado quase todas as discussões. Convém que se saiba porquê e qual a importância desta questão para o nosso dia a dia

Uma visão minimalista impõe uma explicação sumária: o Orçamento é o documento legislativo que impõe, durante um ano, o equilíbrio entre o que se cobra e o que se gasta, entre, enfim, o deve e o haver.

Mas esta visão, de tão simples, tão minimalista, é absolutamente reduto-

urgência permite o estado de exceção à Constituição, que é, na verdade, o que muitos apregoam.

Um Orçamento desconforme à Constituição não é só um mau Orçamento; é, para sempre, um Orçamento marcado pelo pior dos males, pelo pior dos vícios jurídicos: a inconstitucionalidade!

Por isso mesmo, podemos dizer que no ano de 2012 vivemos um tempo diferente e que muitos desconheciam, o tempo da suspensão da Constituição, considerando, no fundo, que o Tribunal Constitucional admitiu que normas inconstitucionais sobreviessem a uma decisão de inconstitucionalidade – o Tribunal não se limitou a considerar os efeitos da decisão até à sua efetivação, decidindo, surpreendentemente, que normas inconstitucionais fossem aplicadas durante a vigência do Orçamento.

nossa Constituição, quer nas diversas Declarações Universais, que os sucessivos orçamentos, acompanhados, ou, se preferirmos, como braço legislativo de uma ideia política de abandono do progresso, têm, à luz de todas as instituições, de todos nós, vindo a violar: a proibição do retrocesso social.

A derrogação deste princípio, subjacente a toda a esfera constitucional e basilar da construção do Estado Social de Direito, atual Estado de Direitos Fundamentais, não se limitará, como é certo, a trazer-nos o empobrecimento: levar-nos-á a um novo paradigma de Estado, a um novo modelo de sociedade, a uma nova era Constitucional, totalmente afastada da ideia dos fundadores da nossa Democracia. ■

\*Advogado do SBSI



Solicitada reunião às Instituições de Crédito

## Febase propõe manutenção do pagamento por inteiro dos subsídios

A proposta de lei sobre o pagamento dos subsídios em duodécimos foi aprovada na generalidade pelo Parlamento



A Federação solicitou uma reunião às várias Instituições de Crédito (IC) para debater as implicações da proposta de lei sobre o pagamento em duodécimos dos 13.º e 14.º meses. A Febase defende que seja mantido o regime constante nos IRCT e a prática seguida, ou seja, o seu pagamento na totalidade

TEXTO: INÊS F. NETO

Face à proposta de lei sobre o pagamento dos 13.º e 14.º meses em duodécimos (n.º 110/XII/2a), aprovada na generalidade pelo Parlamento e em discussão na especialidade à hora de fecho desta edição, a Febase propôs às Instituições de Crédito uma reunião para chegar a um acordo escrito sobre a questão.

Em causa está o facto de a proposta de lei dispor, no artigo 8.º, que após a sua entrada em vigor, o regime previsto nos artigos 4.º e 5.º (pagamento dos 13.º e 14.º meses) pode ser alterado por acordo escrito. A Federação reclama que as convenções coletivas e as práticas seguidas pelas Instituições deverão manter-se em vigor, caso sejam mais favoráveis para os trabalhadores e reformados – como é o caso do setor bancário.



Reunião do Pelouro da Contratação

Nesse sentido, a Febase propõe às IC que se proceda ao acordo escrito exigido na proposta de lei, contemplando a manutenção de tais disposições.

O objetivo da Federação é que os 13.º e 14.º meses sejam pagos aos trabalhadores no ativo e aos reformados integralmente e de uma só vez. A questão coloca-se com bastante acuidade, sobretudo porque é prática nas IC o pagamento do subsídio de férias ocorrer em janeiro ou abril.

### Parecer no Parlamento

A Febase fez chegar à Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças da Assembleia da República uma apreciação muito crítica do projeto de lei.

No seu parecer, datado de 14 de dezembro, a Federação considera o documento "uma iniciativa legislativa apressada, circunstancial, imatura, excessiva e porventura inconstitucional". Isto porque assiste-se "ainda e mais uma vez, à derrogação

imposta pelo Executivo, e a aprovar pela Assembleia da República, da contratação coletiva e dos princípios que, com dignidade constitucional, a enformam", critica a Febase, recordando que "compete ao Estado reconhecer e fomentar a contratação coletiva, o que ressalta, aliás, de imposição constitucional, razão pela qual qualquer limitação que incida sobre matéria assente nessa contratação é, manifestamente, inconstitucional".

No parecer, a Febase considera que "ao impor a fratura das relações contratuais livremente acordadas entre trabalhadores e entidades patronais, o Estado demite-se de assegurar a estabilidade dos contratos da contratação coletiva, o que viola, realce-se, o princípio da confiança, como se demite de promover as obrigações constitucionais a que se encontra obrigado".

Para a Federação, esta imposição unilateral "constitui mais uma violação inadmissível do princípio da confiança, ínsito no princípio do Estado de direito, tal como vem consagrado no art.º 2.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), afetando a confiança dos cidadãos nos fundamentos constitucionais do Estado".

### Permitir escolha

Por outro lado, adianta, lesa de modo direto e ostensivo o direito à contratação coletiva vertido no art.º 56.º e os direitos dos trabalhadores consagrados no art.º 59.º, ambos da CRP.

Referindo-se concretamente ao setor financeiro, a Febase recorda que "sendo pacífico a aplicação das regras dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva, seria porventura mais útil e porventura mais adequado constitucionalmente que a lei permitisse que fossem os trabalhadores interessados que tivessem a possibilidade de exigir das suas entidades patronais que as referidas prestações fossem pagas nos termos propostos".

Por fim, a Federação frisa que no setor "há usos instituídos na maioria das empresas, no sentido de o pagamento da totalidade do subsídio de férias ocorrer em janeiro ou abril (para os trabalhadores do ativo e para os reformados) o que, desde já, permite o pagamento antecipado da totalidade, o que deve ser salvaguardado". ■

Banco de Portugal

## Federação quer saber destino dos subsídios de férias

A Febase contesta o corte do subsídio de férias aos trabalhadores e reformados do Banco de Portugal anunciado pelo governador e pediu já uma reunião a Carlos Costa. A Federação quer saber qual o destino daquelas verbas

TEXTOS: INÊS F. NETO

"O não pagamento dos subsídios de férias aos trabalhadores do Banco de Portugal é um caso complexo. À inconstitucionalidade, em nosso entender, acresce o facto de os bancos centrais não poderem financiar os Estados, de acordo com o BCE", afirma o secretário-geral da Febase, adiantando: "A ser assim, os montantes dos subsídios retidos não poderão ser entregues ao Estado português e ficarão no banco, tornando a medida absolutamente inócua. Esta é a posição que apresentaremos ao governador quando ocorrer a reunião que solicitámos".

"Não sendo para abater à despesa pública, a que se destinam as verbas que, pelos vistos, não serão entregues ao Estado e à CGA (decorrente da suspensão do subsídio de férias aos reformados)? Trata-se de uma espécie de TSU para o BdP, em que aumenta os encargos com os trabalhadores e reduz a despesa da empresa?", questiona Rui Riso.

Recorde-se que os trabalhadores do Banco de Portugal (BdP) foram sexta-feira, dia 4, surpreendidos com uma carta do governador da instituição, onde este anuncia a suspensão em 2013 do subsídio de férias aos ativos e a manutenção do corte aos reformados e pensionistas, processo que está em tribunal por iniciativa da Febase.

Carlos Costa justifica esta medida com "o entendimento de que o Banco não deve dissociar-se do esforço que a sociedade portuguesa está a fazer para superar as dificuldades económicas e financeiras que o nosso País atravessa".

"É suspenso o pagamento dos subsídios de férias e essas verbas não são entregues ao Estado", revelou ao "Diário Económico" fonte oficial do BdP, medida que constitui

uma redução de custos com pessoal. Segundo o jornal, estão em causa cerca de 4,5 milhões de euros que não serão pagos aos cerca de 1.600 funcionários.

Aquando da entrega do Orçamento do Estado ao Parlamento, a Febase tinha já considerado que as normas que "visam especificamente os trabalhadores desta instituição" podiam pôr em causa a independência do BdP, ao configurar uma forma de financiamento monetário vedada pelo BCE. ■



A Febase solicitou já uma reunião ao governador do Banco de Portugal

## Despedimento coletivo no BIC/BPN

Foi com extrema preocupação que a Febase tomou conhecimento do processo de despedimento coletivo de 99 trabalhadores no BIC/BPN. Os sindicatos da Federação estão a analisar a fundamentação invocada pelo banco, por forma a melhor defenderem os interesses dos seus associados.

Os sindicatos dos bancários da Febase (SBC, SBN e SBSI) tiveram conhecimento, dia 14 de dezembro, que já estava em curso um procedimento de despedimento coletivo no BIC/BPN, envolvendo 99 trabalhadores de diversas agências bancárias que vão ser encerradas, conforme consta da motivação do despedimento.

Os sindicatos estão a acompanhar o procedimento, os fundamentos invocados, os critérios de seleção abrangidos, o método de cálculo da compensação a pagar aos trabalhadores e a relevância da fundamentação invocada pelo banco.

De acordo com as conclusões dessa análise, poderão os trabalhadores abrangidos impugnar judicialmente o despedimento de que estão a ser alvo. Alertam-se porém os trabalhadores de que não deverão receber a compensação monetária que o banco lhes queira atribuir, sob pena de, se a aceitarem, já não poderem impugnar o seu despedimento.

Esclarece-se ainda que tais impugnações são sempre um ato individual, e como tal devem ser tratadas. Em caso de impugnação do despedimento coletivo, haverá lugar a uma análise aos fundamentos invocados pelo banco, por parte de peritos a indicar pelo Tribunal e pelas partes.

Conscientes da situação constrangedora criada aos trabalhadores e das dificuldades acrescidas com que vão confrontar-se, os sindicatos da Febase puseram os seus serviços jurídicos à disposição da Comissão de Trabalhadores, de forma a prestarem todo o apoio necessário na defesa dos trabalhadores.

Do mesmo modo, os respetivos Contenciosos ou Gabinetes Jurídicos dos sindicatos da Febase estão à disposição dos sócios para esclarecimento de qualquer dúvida e/ou análise da sua situação individual, devendo, para o efeito, ser previamente agendada uma entrevista.

Os sindicatos da Febase vão continuar a acompanhar o processo e tudo farão tendo em vista a defesa dos reais interesses dos associados.



# Não desistiremos de lutar contra toda e qualquer adversidade

Enquanto sindicato compete-nos intervir em todos os problemas que afetem os trabalhadores, e neste sentido interpusemos ações no Tribunal do Trabalho de Lisboa contra os cortes salariais – invocando a aplicação do Orçamento do Estado para 2011 – impostos aos trabalhadores do Grupo Caixa Seguros (Império Bonança e Fidelidade Mundial)

TEXTO: **JOSÉ LUIS PAIS**

**A**ção contra a Império Bonança teve uma decisão que não aceitamos e de que recorreremos.

O juiz, embora considerasse válidos os argumentos que o tinham levado a decidir favoravelmente uma anterior ação (CTT), não decidiu a nosso favor.

E não o fez por discordar dos nossos argumentos, mas porque se afirmou convicto de que a decisão a favor da inconstitucionalidade seria posta em causa e revogada pelo Tribunal Constitucional, como este fez no caso da sua anterior sentença.

Quanto à ação contra a Fidelidade Mundial, julgada noutro Juízo, mais recentemente, foi julgada improcedente.

Neste caso, ficou entendido pelo Tribunal que não existindo a pretendida inconstitucionalidade, as medidas tomadas pela FM ao abrigo da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, são válidas e lícitas. Também aqui agiremos contra esta decisão.

Reconhecemos os tempos difíceis que vivemos, marcados pelos ataques aos direitos dos trabalhadores e, infelizmente, parece não podermos contar com o Tribunal Constitucional para a defesa da Constituição da República e do Estado de Direito Democrático.

Nada disto nos intimida e as novas ações (OE 2012) sobre as reduções salariais, tendo em conta estes bloqueios, reafirmarão que os cortes salariais, para além da violação da Constituição da República, violam também a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Convenção Europeia dos Direi-



tos do Homem e na Europa a defesa dos direitos dos trabalhadores não acaba no Tribunal Constitucional.

Entretanto mais uma luta se avizinha, embora em moldes diferentes!

No Hospital Cuf Infante Santo (HCIS) e para trabalhadores administrativos, nossos associados, tem existido um Acordo de Empresa, o último publicado no BTE n.º 4, de 29 de janeiro de 2006, que se mantém em vigor.

Este AE foi denunciado pelo HCIS no dia 2 de novembro de 2007, com apresentação de uma proposta. O sindicato contrapropôs na data de 3 de dezembro do mesmo ano.

Iniciadas as reuniões de negociação no mês de fevereiro de 2008 e volvidos mais de quatro anos, não se obteve nenhum resultado. Acrescente-se que chegaram a estar marcadas reuniões, mas em cima da hora as mesmas eram sucessivamente adiadas.

Agora, e para nossa absoluta surpresa, o HCIS resolve comunicar-nos unila-

teralmente que o processo de negociação terminou sem acordo, pelo que o AE/2006 "caducará" no termo do prazo de 60 dias a partir da data de receção da comunicação (6/12/12).

No presente momento aguardamos a emissão do parecer pelo técnico do Ministério do Trabalho, indo o STAS fundamentar a sua posição junto do mesmo.

E mesmo que aconteça o pior cenário: caducidade do AE, este só deixará de vigorar a partir do dia 6 de fevereiro de 2013, havendo matérias que não podem ser retiradas imperativamente pela empresa, nomeadamente: categorias profissionais e respetivas definições; retribuição; duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social com benefícios substitutivos dos da Segurança Social.

Apesar destas adversidades, o STAS não baixará os braços e continuará a defender os trabalhadores seus associados, seja qual for o contexto. ■

## Indemnizações por despedimento

# UGT exige recuo do Governo

Ao arrepio dos parceiros sociais, o Conselho de Ministros aprovou a redução das compensações por despedimento e enviou a proposta ao Parlamento. A UGT acusa o Governo de rasgar o acordo de concertação social. A discussão prossegue na Assembleia

TEXTO: **INÊS F. NETO**

**O** Conselho de Ministros de 27 de dezembro aprovou a redução das compensações por despedimento para 12 dias, mas omitiu a decisão no comunicado final da reunião. A proposta de lei chegou ao Parlamento dia 2, causando uma forte contestação por parte da UGT.

Em conferência de Imprensa, João Proença revelou a "surpresa" da central sindical ao tomar conhecimento da resolução e acusou o Governo de "violação total" do acordo de concertação social.

"O ministro da Economia conduziu negociações longas com vários parceiros (...). Teve oportunidade de apresentar outras propostas, discutir outras propostas, quer relativamente ao fundo de compensações, quer relativamente ao valor da compensação".

Segundo o secretário-geral da UGT, durante o período de negociações Álvaro Santos Pereira avançou com um número de dias superior para as compensações.

A proposta de lei previa a entrada em vigor um mês após a data de aprovação, o que o líder da UGT classifica como "uma fraude redobrada".

João Proença acusa ainda o Governo de ter "ignorado" o fundo de garantia, acordado no passado e que "ainda não está criado".

A UGT "não aceita" esta proposta de lei, exigindo: "O Governo tem de honrar os seus compromissos. Foram compromissos reiteradamente repetidos pelo ministro da Economia. Foram compromissos violados com esta proposta de lei. UGT não aceita a esta situação", acrescentou o secretário-geral.



"O Governo tem de honrar os seus compromissos", exige João Proença

Para a UGT, "nesta matéria há uma violação total" do acordo, pelo que quem está a denunciar o acordo tripartido é o próprio Governo.

## Ministro da Economia volta às negociações...

Face ao risco de rutura com os parceiros sociais, o Governo desdobrou-se em declarações sobre a sua vontade de negociar. Primeiro foi o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que no final da reunião de dia 3 garantiu que o Governo quer "o maior consenso possível" em relação a esta matéria, "quer com a troika quer internamente".

Marques Guedes explicou que por não ter havido concertação social, o Executivo teve de aprovar o corte das compensações para respeitar o compromisso com a troika.

Seguiu-se Álvaro Santos Pereira: "O que temos falado com os parceiros sociais e terá de ser falado com a troika é haver um período de transição, em que

durante a fase inicial o valor das indemnizações num contrato de trabalho seja mais elevado e depois possa baixar para os 12 dias".

O ministro adiantou que o assunto "será debatido com os parceiros sociais e com os partidos no Parlamento".

"Vamos continuar a falar com os parceiros. Havia uma solução em cima da mesa e tenciono que essa solução seja debatida com os partidos. Tenciono também que o fundo de compensações entre em vigor no mesmo dia em que estas alterações às indemnizações vão ser feitas", frisou.

## ... e troika rejeita nova proposta

Entretanto, os parceiros sociais voltaram a reunir-se com o ministro da Economia, numa reunião considerada inconclusiva.

A UGT foi também recebida pelos partidos da maioria e pelo PS.

No final das reuniões, João Proença revelou que o Governo já recebeu um "não" da troika quanto à possibilidade de estabelecer um período transitório, em que atribuiria 18 dias de compensação por despedimento, ao invés dos 12 dias. "Sabemos que a troika recusou [a mais elevada], defendendo a média de 12 dias", sublinhou.

O líder da central sindical transmitiu aos partidos a discordância da UGT à proposta de redução das indemnizações por despedimento para 12 dias. "É totalmente inaceitável que o Governo tenha fixado 12 dias, porque o compromisso do Governo é tender para a média da União Europeia. Ora, a média comunitária aponta para valores superiores a 12 dias".

João Proença adiantou ainda que os partidos da maioria "não apresentaram nenhuma proposta alternativa aos 12 dias" e que a UGT admite os dias, mas apenas "como média ao fim de muitos anos".

O secretário-geral exigiu ainda a criação do fundo de garantia de compensações. "Espero que em breve o Governo possa aprovar uma proposta de lei. O Fundo vai demorar alguns meses a ser constituído, porque além da lei tem de haver depois portarias complementares".

A discussão prossegue no Parlamento. A decisão final está nas mãos dos deputados... ■



## Caminhadas voltam em força

Depois da grande adesão alcançada em 2012, as Caminhadas Febase voltam a marcar o calendário de atividades da Federação. As duas primeiras acontecem já no mês de fevereiro

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A Febase sempre procurou incentivar os seus associados a praticar hábitos de vida mais saudáveis, nomeadamente atividades ao ar livre, permitindo, desta forma, cultivar o seu bem-estar físico e emocional. As Caminhadas Febase são prova disso mesmo tendo-se tornado, ao longo do tempo, iniciativas de grande sucesso.

Para além dos benefícios físicos, este tipo de atividades fomenta a união e camaradagem entre os sócios servindo, simultaneamente, como veículo de conhecimento para os locais mais interessantes que o nosso País tem para oferecer.

Sendo praticada na Natureza, a caminhada proporciona uma observação mais cuidada de tudo o que diz respeito a este meio, levando a um maior conhecimento da fauna, da flora e da geologia.

No ano que agora terminou, a Febase promoveu diversos passeios interessantes, como a visita aos principais becos e miradouros de Lisboa, a descoberta do Planalto das Cezaredas ou ainda a caminhada Algés/Cascais, percursos que tiveram grande adesão junto dos associados.

### Rota da biodiversidade

Para 2013, esta iniciativa volta a ser aposta da Federação, que preparou um



O Palácio Nacional da Ajuda é um dos pontos de passagem da primeira Caminhada de 2013

calendário de caminhadas diversificadas que, por certo, irá agradar aos caminhan-tes. A primeira está já marcada para o dia 2 de fevereiro. Todos aqueles que quise-rem desfrutar de um bom passeio terão a oportunidade de fazer a Rota da Biodiver-sidade, em Lisboa.

A Rota da Biodiversidade é um circuito que consegue aliar a beleza natural de Lisboa ao rico património cultural e his-tórico da cidade. Para além disso, o per-curso liga duas unidades ambientais muito importantes: a zona ribeirinha e a Mata de Monsanto que, pela sua posição e dimensão, são determinantes na regula-ção do clima, na qualidade do ar e na diversidade de habitats. Ao longo de 14 quilómetros, os caminhan-tes terão a possibilidade de observarem a capital de uma forma diferente, num passeio circular pela cidade e que inclui ainda a presença de um guia.

A vegetação dos ecossistemas medi-terrânicos e atlânticos presentes em ma-

tas, bosques e prados mas também em quintas, olivais, hortas e pomares urba-nos, passando pelas espécies exóticas e ornamentais de interesse científico e valor histórico que se podem encontrar nos jardins botânicos tornam este cenário num percurso fascinante.

O ponto de partida está marcado para o Jardim Vasco da Gama, em Belém, e os participantes terão a oportunidade de vi-sitar 18 pontos selecionados de acordo com a sua localização e valores intrínse-cos, dos quais se destacam a Capela do Alto de Santo Amaro, o Jardim Avelar Brotero, o Palácio Nacional da Ajuda ou a Capela de São Jerónimo, entre outros. Dada a extensão do percurso, esta cami-nhada não é aconselhável a menores de oito anos.

Para mais informações acerca da Rota da Biodiversidade visite o sítio <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/biodiversidade>

Boas caminhadas! ■

## Um ano inteiro a caminhar

Fique a conhecer todas as caminhadas já agendadas para 2013:

Mês	Caminhada
2 fevereiro	Rota da Biodiversidade (Lisboa), 14 km
23 fevereiro	Rota Castro Zambujal (Torres Vedras), 13 km
23 março	Serra de Sintra (Capuchos, Peninha e Trilhos das Pontes), 20 km
20 abril	Aqueduto Águas Livres
25 maio	Cabo Espichel, 16 km
29 junho	Rota Litoral Guincho, 11 km
27 julho	Magoito/Samarra, 14 km
21 setembro	Formosinho (Arrábida), 17 km
26 outubro	Abano - Cabo da Roca, 19 km
23 novembro	Rota Vinho Colares, 11 km

## Inscrições até final do mês

Caso pretenda inscrever-se nesta caminhada deve-rá enviar um e-mail para [caminhadasfebase@stas.pt](mailto:caminhadasfebase@stas.pt) com os seguintes elementos:

Nome completo, n.º sócio, sindicato, data de nascimento, nome e data de nascimento de todos os acompanhantes e comprovativo de pagamento.

O preço é de 5€ por pessoa (crianças até aos doze anos não pagam) e inclui água, fruta, seguro e acompanhamento informativo do percurso. O paga-mento deverá ser feito através no NIB: 0035 0517 00052143130 22 (CGD). As inscrições e respetivos pagamentos deverão ser feitos até 31 de janeiro.

## A arte e os seus autores

# Bancários destacam-se na escrita

TEXTO: A. CASTELO BRANCO

Na ficção ou na investigação histórica e etnográfica, bancários no ativo ou reformados têm mostrado os seus dotes de escrita. Destacam-se algumas obras recentemente publicadas



Temos ultimamente vindo a regis-trar um número apreciável de obras escritas e publicadas por bancários, uns no ativo e outros já na reforma, os quais, na maioria dos casos, tomam a iniciativa de os dar a conhecer ao nosso sindicato.

É por demais interessante reconhe-cer que essa mais valia cabe quer na área ficcionista do conto, do romance ou da poesia, quer na que tem por detrás levantamentos, recolhas e aná-lises no campo da etnologia e, portan-to, virados para a cultura popular, mas também em muitas outras situações fruto de investigação histórica no seu sentido mais lato.

Também no domínio da arte nos têm chegado trabalhos e notícias interven-cionadas por outros colegas. Muitos são os que igualmente têm desempe-nhado papéis relevantes junto da co-munidade. Talvez por isso, disse em tempos o presidente do SBC, Carlos Silva, que ser bancário não é só saber contar dinheiro. Retivemos essa ex-pressão que mantemos como uma máxima de mais-valia da nossa classe e que de novo se volta a aplicar com toda a propriedade, perante os resulta-dos que aqui são testemunhados uma vez mais. É evidente que não nos cabe o papel de críticos seja do que for, nem esse é o nosso propósito. Limitar-nos-emos tão só à apresentação dos traba-lhos e às referências bio e bibliográficas dos mesmos, se tal se justificar.



Memórias de Coimbra

Apaixonado desde sempre pelas artes e pelas letras, Pedro Ma-deira além de bancário na reforma do ex-BNU, foi também profes-sor de História no ensino secundário.



Bonecos em barro: as tradicionais figuras do ardina e de St.º António

trando as suas crónicas e artigos com desenhos *sui generis* de crítica social. Recentemente reuniu alguns destes seus trabalhos na obra que intitulou "Memórias de Antanho", numa alusão à vida académica da sua cidade.

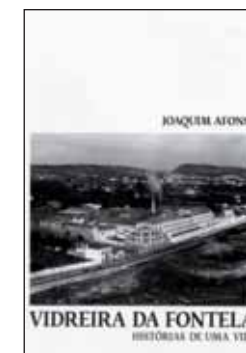


### História do vidro

Com edição do Ca-sino da Figueira da Foz, foi apresentado naquela cidade no passado dia 21 de

setembro um trabalho da autoria de Joa-quim Afonso, ex-funcionário do BPI, inti-tulada "Vidreira da Fontela - Histórias de Uma Vida". Tal aconteceu no decorrer de um sarau cultural que reuniu entidades ligadas à cultura figueirense e muito par-ticularmente um elevado número de ope-rários e operárias que durante anos ali

obram a indústria do vidro. Para além das fontes escritas de que dispôs para a elaboração desta obra, o autor socorreu-se de levantamentos que levou a efeito junto dos trabalhadores, com o objetivo de dar ao leitor uma visão mais realista



do que ali aconteceu no período em aná-lise. Bancário na reforma, Joaquim Afonso é ainda autor da monografia sobre os 75 anos do SBC.



### Notas da República

Editada pela Caldas Editora, a obra de Luís Manuel Tudella trata exclusivamente das Notas da República, enquanto papel-moeda. É um trabalho de compilação e pesquisa de um ex-funcioná-rio dos extintos Bancos do Alentejo e FONSECAS & BURNAY e também do BPI.



Surgiu por altura das comemorações do Centenário da República, tendo entretan-to sido publicados alguns extratos em edições desta revista. "As figuras que em-prestaram a sua imagem às respetivas notas" são recordadas na sua época, ha-vendo inclusive referência aos factos his-tóricos ocorridos por essas alturas. ■





Muita animação para miúdos e graúdos

## Festa de Natal foi um sucesso

O SBC promoveu a tradicional festa de Natal, que contou com uma expressiva participação de associados e seus familiares. Num ambiente acolhedor e fraterno, mais pequenos e maiores tiveram um dia repleto de boa disposição e divertimento

Aquela manhã de sábado, 17, acordou húmida porque o dia anterior, para nos fazer sofrer e aumentar a ansiedade, zangou o S. Pedro e este espremeu sobre o Carqueijo todas as nuvens que tinha, prenhes de água.

Porém, misturando o profano com o sagrado, o deus Baco, que já havia estado do nosso lado aquando dos ensaios do nosso grupo musical "Os Cozido à Portuguesa" e demais démarches da organização para pôr em ordem a realização da nossa festa, teve uma conversa acesa com o S. Pedro e este condescendeu em dar-nos uma trégua na chuva e mau tempo.



A ansiedade e o nervosismo de todos os elementos da organização era enorme, sentindo o peso da responsabilidade em criar um bom ambiente, acolhedor, fraterno, de boa disposição e divertimento, não só para os mais pequenos como para os maiores.

Pelas 11h30 começaram a chegar os nossos colegas e familiares, bem como os membros dos Corpos Gerentes do SBC, recebidos à entrada por duas meninas que, trajadas com fatos multicolores e em cima de andas, faziam malabarismos e entregavam a todas as crianças uma lembrança.

Pelas 13h00 teve início o almoço, com entradas de frios e, recorrendo à rima, passamos a descrever o "menu": *uma sopa Juliana, para servir de cama. Um bacalhau com farinheira, que estava à maneira. Da Bairrada, o saboroso leitão, que se comeu à mão. No fim, para os gulosos, que não perdoam um bom doce, Lambarices comeram fogueiros, limpam a mesa e mais que fosse. Tudo bem regado com vinhos tintos, brancos, rosé e espumante natural, café e digestivos no final.*

Para que o repasto corresse a preceito e para embalar tais iguarias, o conjunto musical "Apolo 3" presenteou-nos com uma atuação suave e melodiosa.

### "Momentos partilhados"

Eis que chega a loucura dos mais pequenos – "são os palhaços, são os palhaços!" Durante cerca de uma hora, estes deliciaram os pimpolhos e fizeram rir os mais crescidos.

Finda a sua atuação, pudemos assistir à projeção de imagens intituladas "Momentos Partilhados", relativas a anteriores festas de Natal de todas as delegações do SBC. Pensamos, sem querermos ser convencidos, mas com muita "cagança", como soe dizer-se, que foi um momento mesmo muito partilhado e de grande alcance da nossa festa.

Seguiu-se um dos momentos mais altos, não só pela qualidade musical do grupo de amigos e trabalhadores do SBC, "Os Cozido à Portuguesa", que levaram até aos convivas canções tradi-

cionais portuguesas, conseguidas após longos, bem comidos e regados, bem como difíceis ensaios, mas também porque tal grupo se encontrava num palco mais elevado que aqueles.

das, seguido em apoteose pelos miúdos, procedendo, então, à entrega dos presentes tão sonhados e esperados.

Mas atenção, pois também os maiores tiveram direito a presente, distri-



### ... e chega o Pai Natal

Finda a loucura que se gerou na sala, motivada pela caça aos autógrafos, os mais pequenos puseram ordem na sala e com os ânimos já mais frescos – o espumante estava delicioso –, os "putos", sedentos de presentes, gritaram a uma só voz: "Pai Natal, Pai Natal".

Fez-se silêncio, pois vindo do mais distante país regelado (leia-se por detrás do balcão do bar junto ao frigorífico) apareceu o Pai Natal, que se dirigiu para o local onde guardara as pren-

buído por um membro do "staff", que ia refreando a euforia dos matulões.

No final da entrega das prendas, pequenos e grandes, vindos de longe ou de perto, pois já eram cerca de 18h00 e porque pretendiam deleitar-se no aconchego dos seus lares, fizeram uma bandada quase geral, deixando inconsolados os elementos do conjunto musical "Apolo 3" que queriam ainda mostrar o seu valor.

E pronto, foi assim a nossa Festa de Natal. Nós gostámos muito, esperamos que também tenham gostado e que para o ano haja mais. ■



## Concurso de desenho

# O Natal com o STAS



O Sindicato decidiu estender a magia do Natal por mais algum tempo e promoveu um concurso de desenho destinado aos filhos dos associados. Além de receberem prémios, os vencedores verão os seus desenhos utilizados no postal do próximo Natal STAS

Texto: **PATRICIA CAIXINHA**

Mais um inverno que chega. Mais um ano que finda. Mais um Natal que ilumina os sonhos de quem vive esta época mágica.

Pelos olhos de uma criança o mundo é cheio de cor e divertido. É tudo bem mais simples e fácil! E se, só por hoje, escolher ser criança e olhar para o Natal com a magia e a beleza de palmo e meio?

Imagine que hoje tem a possibilidade de fazer uma história. A sua história! Que personagens gostaria de ver nela e qual o final que lhe daria? Sonhou por um segundo? Parabéns! A magia da vida e do Natal é isso mesmo: Sonhar!"

Começava assim a nossa mensagem de sonho para este Natal.

Como já é habitual na altura natalícia, o STAS presenteia os filhos dos seus associados até aos doze anos de idade com um cheque brinde.

No Natal de 2012 foram entregues 685 cheques de Natal, abrangendo 937 crianças.

Juntamente com a mensagem de esperança que endereçámos e que deixámos no sapatinho de cada sócio, colocámos também um desafio para as crianças.

Neste Natal, apelando à criatividade e imaginação da pequenada lançámos o concurso "Melhor Desenho de Natal STAS".

A ideia era utilizarem o conto de Natal do Vasco Pacheco, vencedor do concurso do Natal anterior e fazerem um desenho que contasse a história criada pelo jovem. O conto imaginário

do Vasco continha bacalhau, bolo-rei, rabanadas e azevias, renas, enfeites, presentes e um grande segredo.

Foram permitidos todos os materiais que os pequenos artistas mais gostassem. Afinal a magia e arte não tem limites para os artistas de palmo e meio.

O prazo do concurso ainda decorria aquando do fecho da revista, pelo que só no próximo número poderemos dar mais informações sobre esta iniciativa.

A magia do Natal chega também aos presentes do concurso. Os melhores três desenhos recebem um presente no valor de 100 euros em jogos e acessórios para consolas.

Irão ser considerados três escalões etários: o 1.º até aos 5 anos de idade; o 2.º, dos 6 aos 9 anos; e o 3.º, dos 10 aos 12 anos.

Os desenhos vencedores serão ainda utilizados no postal do próximo Natal STAS.

Porque afinal, o Natal é sobre magia, sonhos e contos! ■

# Nos Açores a tradição ainda é o que era

Cumpriu-se a tradição e uma vez mais a Direção dos Açores promoveu convívios natalícios com os sócios açorianos do STAS

Texto: **José Luís Pais**

No dia 7 de dezembro, em Ponta Delgada, realizou-se um jantar, com a presença do presidente e do 2.º vice-presidente da Direção nacional, Carlos Marques e Mário Rúbio, respetivamente.

Uma semana depois, concretamente no dia 15, houve a oportunidade para os sócios da Ilha Terceira se juntarem também num jantar que contou com a presença do 1.º vice-presidente, José Luís Pais.



Ilha Terceira



Entrega de emblemas em Ponta Delgada

No dia seguinte foi a vez dos sócios das Ilhas do Faial e do Pico se reunirem à volta de uma mesa, à hora do almoço, na cidade da Horta, contando igualmente com o 1.º vice-presidente.

Destaque-se o empenho dos colegas da direção açoriana, que proporcionaram estes convívios: José Maria Barbosa, António Travassos, Carlos Ferreira e

Joseph Nazaré. Refira-se ainda que, em qualquer dos locais, foram prestadas informações e esclarecimentos a propósito da atualidade sindical e política que vivemos.

Pena foi que nem todos os sócios tenham correspondido ao convite, pese embora os vários impedimentos a que alguns estiveram sujeitos. ■



## Peça "O Poema"

# Sindicato pôs teatro no "sapatinho" dos sócios

Texto: **MÓNICA CORREIA**

As celebrações natalícias do STAS incluíram ainda um espetáculo de teatro, apresentado nas instalações do sindicato exclusivamente para sócios e seus familiares

No dia 16 de dezembro de 2012, o Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora presenteou os seus associados e os seus familiares com a peça "O Poema", interpretada pela companhia de Teatro SOU, com encenação de Cláudio Hochman.

Uma oportunidade única que deu a conhecer a poesia do nosso País, através da

excelente interpretação dos atores intervenientes. Um espetáculo infantil que reuniu as famílias na época natalícia.

"O Poema" brindou todos os presentes com textos de poetas portugueses desde o século XIII ao século XXI, através da exposição de desenhos e dos mistérios da escrita, onde a música e as cantigas de embalar foram suavizando e facilitando a

compreensão de cada estrofe. Uma peça, servida na forma de segredos, beijos e esconderijos, que se transformaram numa viagem plena de ritmos e sons.

A todos aqueles que não puderam estar presentes, deliciamos-vos com um poema de Miguel Torga, inserido e interpretado na peça.

## Segredo

Sei um ninho.  
E o ninho tem um ovo.  
E o ovo, redondinho,  
Tem lá dentro um passarinho Novo.

Mas escusam de me atentar  
Nem o tiro, nem o ensino.  
Quero ser um bom menino  
E guardar

Este segredo comigo.  
É depois ter um amigo  
Que faça o pino  
A voar...

Miguel Torga



## SAMS

# Direção separa função financiadora da função prestadora de saúde

A Direção tomou uma deliberação, na sua reunião de dia 7, que marcará de forma indelével a história do SAMS do SBSI

De há muitos anos a esta parte que vinha sendo discutida a separação da função financiadora da função prestadora do SAMS do Sul e Ilhas, o que está completamente alinhado não só com os estudos das consultoras Price e Deloitte, mas também com a intenção clara por parte do Conselho de Gerência deste e de mandatos anteriores de concretizar essa separação.

A Direção cumpre assim o compromisso eleitoral de profissionalização da gestão do SAMS prestador de serviços, enquadrado pela alínea h) do artigo 36.º dos Estatutos.

É a seguinte a deliberação da Direção: "O SAMS é um serviço de assistência na saúde de carácter privado no âmbito do setor bancário, possuindo unidades prestadoras de saúde: hospital, centro clínico e postos;

Como é público e notório, verifica-se atualmente uma forte concorrência na área da saúde privada com oferta diversificada, o que não se verificava à data da criação do SAMS;

Não pode, pois, o SAMS ficar indiferente a essa concorrência, antes tem de lhe fazer face oferecendo aos seus beneficiários, utentes e público em geral que recorra aos seus serviços cada vez melhores cuidados de saúde nas suas diversas vertentes e a custos competitivos;

A prossecução deste objetivo pressupõe e impõe uma gestão profissional do SAMS que o possa habilitar a essa concorrência, muitas vezes desleal, designadamente com o recurso à gestão por profissionais da área

da saúde e da gestão hospitalar e tendo em vista uma política de diminuição de custos e de aumento de receitas na procura constante da otimização de serviços e resultados".

Na reunião foi ainda decidido incumbir o presidente e o vice-presidente da Direção de contratarem a equipa que comporá a comissão executiva, proposta pela Price como peça indispensável da consolidação do SAMS, e que brevemente será tornada pública. ■

## Registe-se e aceda

# Declarações de IRS no sítio do SBSI

Todos os beneficiários registados no sítio do SBSI/SAMS poderão este ano obter a sua declaração do IRS através de uma opção que vai ser disponibilizada.

Para tal é necessário solicitar a atribuição do "pin", caso não o tenha, que será de imediato enviado para a sua residência, após o que poderá utilizar as funcionalidades disponíveis, entre as quais a que possibilita a marcação de consultas médicas e o acesso às declarações de IRS.

A informação publicada no sítio em 18 de dezembro, na parte referente ao envio das declarações para a morada dos beneficiários titulares fica assim prejudicada.

Registe-se. Colabore no seu interesse e no de todos, utilizando estas novas funcionalidades. ■

**Jovens Seguros - 10 anos de Aventura**

**CURSO MONITORES**

Para Jovens com idade mínima de 18 Anos

**2013**

**1º Curso**

de 25 de 30 de Março de 2013

**1º Curso**

de 25 de 30 de Março de 2013

- Direito 8 Horas
- Animação Cultural 24 Horas
- Socorrismo 13 Horas
- Organização e funcionamento do Centro de Férias 12 Horas
- Relacionamento Interpessoal entre crianças, adolescentes e adultos 8 Horas
- Exploração da Natureza 8 Horas
- Pintura Facial e Modelagem de balões 8 Horas

O aproveitamento assegurará ainda a participação remunerada dos formandos num dos turnos dos Campos de Férias a realizar pela Jovens Seguros no Verão de 2013

**CAMPO DE FÉRIAS FECHADO**

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, ceia). Prática de Natação, Passelos, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Cicloturismo, Bislaga Ball e outras actividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas actividades.

**2013**

**1º Turno:**

• 22 a 29 de Junho

**2º Turno:**

29 Junho a 13 de Julho

**3º Turno:**

13 a 27 de Julho

**4º Turno:**

27 de Julho a 10 de Agosto

**5º Turno:**

10 a 24 de Agosto

**6º Turno:**

• 24 a 31 de Agosto

• Turnos de uma semana

Para Crianças e Jovens a partir dos 7 anos de idade

Preços:

425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada

525 Euros para Outros

**Pagamentos Fraccionados até Novembro**

10% de Desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.

(contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com geral@jovensseguros.com tlm 916 564 998 . tel: 21 880 21 60



## Sindicato não vira as costas a atingidos por reestruturações



O SBSI, em parceria com a Associação Portuguesa de Franchise (APF), promove um evento sobre "franchising" no dia 14 de fevereiro, das 9h30 às 17h00, no Palacete Leitão, da rua Marquês de Fronteira.

Atento aos problemas por que tem passado o setor, o Sindicato destina esta ação preferencialmente aos trabalhadores alvo de processos de rescisões de contrato, embora esteja aberta à participação de todos os sócios inte-

ressados, nomeadamente os que possam ter familiares desempregados.

O objetivo do evento é procurar soluções para minimizar a ausência de perspectivas dos ex-sócios que nos últimos tempos têm saído da banca, apresentando alternativas de negócio em "franchising".

A sessão de abertura contará com a participação da Direção do SBSI e dos presidente e vice-presidente da APF. Durante o evento estarão presentes diversos especialistas na área e juris-

tas, que explicarão este modelo de negócio, os direitos dos franchisados e responderão a dúvidas da assistência, sobretudo no sentido de evitar consequências menos agradáveis de uma decisão precipitada. As marcas convidadas farão uma pequena exposição (a agenda pode ser consultada no sítio do SBSI).

Os interessados deverão inscrever-se até dia 8 de fevereiro, através do email [administrativa@sbsi.pt](mailto:administrativa@sbsi.pt) ■

### Para quem foi alvo de rescisão de contrato

## SBSI mantém acesso a ex-sócios aos serviços internos do SAMS

Ao longo de 2012 um conjunto de Instituições de Crédito procedeu a reestruturações, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, recorrendo-se das chamadas "rescisões amigáveis" de contrato.

A Direção do SBSI, consciente de que a muitos dos trabalhadores que se viram envolvidos nestes processos a perda do Serviço de Assistência Médico-Social causa um grande constrangi-

mento, decidiu, no interesse destes, manter-lhes o acesso aos serviços internos do SAMS.

É o seguinte o teor da deliberação:

"A Direção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas decidiu manter o acesso aos serviços clínicos internos do SAMS, de ex-sócios do Sindicato e familiares, por abandono do setor por rescisões de contrato ou despedimento coletivo, ambas em resultado de

reestruturação das Instituições ou extinção das mesmas, na qualidade de utentes, usufruindo da tabela de preços que é aplicada aos utentes familiares de sócios, desde que o requeiram expressamente."

Para desencadear o processo, os trabalhadores interessados devem dirigir-se à Secção de Inscrição de Sócios e Beneficiários (telefone: 217917400 ou email: [socios.beneficiarios@usp.sbsi.pt](mailto:socios.beneficiarios@usp.sbsi.pt)) ■

### Coros bancários em Concerto de Reis

## Quadra natalícia despede-se em beleza



Cinco grupos corais de bancários proporcionaram hora e meia de puro êxtase às muitas pessoas que acorreram à Igreja de S. Domingos para mais um Concerto de Reis organizado pelo Pelouro dos Tempos Livres do SBSI. A qualidade das vozes e a cuidada seleção do reportório, obviamente dedicado à quadra, encantaram

TEXTO: INÊS F. NETO

Cumpriu-se a tradição. Através das suas vozes os cinco grupos corais de bancários proporcionaram um momento de beleza e harmonia nestes tempos conturbados, durante o Concerto de Reis que se realizou no final da tarde de dia

7, organizado pelo Pelouro dos Tempos Livres do SBSI, uma iniciativa que vai já na nona edição.

Perante uma Igreja bem composta de gente (incluindo as muitas pessoas que assistiram no transepto), apesar do frio que se fez sentir de forma persistente, os coralistas das Instituições Millennium BCP, CGD, Banco de Portugal, Santander Totta e BPI soltaram as vozes e preencheram o espaço com cânticos natalícios que apelam à paz e à concórdia entre os homens.

O espetáculo iniciou-se pontualmente às 19h00. Ao longo de cerca de hora e meia, atuaram o Coro do Clube Millennium BCP, dirigido pelo maestro António Leitão; o Coro do GDC do BPI, que atuou sob a batuta de José Eugénio Vieira; o Coro do GDC do Banco de Portugal, dirigido pelo maestro Sérgio Fontão; o Coral Santander Totta, pela primeira vez dirigido por Diogo Pombo; e o Grupo Coral dos Serviços Sociais da CGD, cujo maestro é João Pereira. Ao espírito de uma assistência heterogénea

na idade mas homogénea no interesse ecoaram algumas das mais belas composições desta quadra festiva, dos clássicos de Mozart e Johannes Brahms aos cânticos de louvor e às tradicionais canções populares.

Ao longo do concerto, o público foi seduzido pela mescla de sensações que o confronto entre as composições selecionadas tão bem provocava. Como é já uma característica, mais uma vez o reportório apresentado centrou-se nos cânticos religiosos tradicionais alusivos à época natalícia, e a escolha dos temas foi magistral, resultando num programa diversificado tanto ao nível da época como de raiz e autor. Destaque para "Adeste Fideles", interpretada por três dos cinco coros, mas sempre com arranjos e harmonizações diferentes, o que proporcionou uma interessante variação sobre o mesmo tema.

Os espectadores puderam ouvir temas contemporâneos e clássicos, canções tradicionais de diversas regiões de Portugal – do Algarve ao Douro Litoral, do Alentejo à Beira Alta – mas também de regiões mais longínquas, como Upsala ou Languedoc. No total foram interpretados 25 temas, cinco por cada grupo. O Coro do BCP fez o pleno, pois os seus cinco temas tinham adaptação do maestro António Leitão.

O público não se fez rogado nas manifestações de incentivo e apreço aos coralistas, e os seus aplausos ecoaram insistentemente pela Igreja de S. Domingos – que encanta pela beleza despida de relíquias, pela solenidade de um templo que, por opção estética, mantém bem marcadas na sua estrutura as feridas do incêndio. ■





# Conselho Geral aprova Bases Gerais, Programa de Ação e Orçamento



Reunido dia 27 de dezembro nas instalações do sindicato, o Conselho Geral do SBN aprovou, por maioria, com nove abstenções, as Bases Gerais, o Programa de Ação e o Orçamento para 2013, propostos pela Direção

Textos: **FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA**

Na ordem de trabalhos constava a eleição dos delegados ao 12.º Congresso da UGT, onde foram apresentadas a sufrágio três listas com os seguintes resultados: lista A (TSD), 58 votos; lista B (TSS), 50 votos; lista C (TIDC), 18 votos.

Por último, o Conselho Geral aprovou também, com um voto contra e uma abstenção, uma moção apresentada pela Tendência Movimento Bancários do Norte, manifestando oposição ao Orçamento do Estado para o ano de 2013.

A Direção sublinha que o Orçamento e o programa de Ação são condicionados não só pelo ato eleitoral previsto para o mês de abril, bem como pelos efeitos das severas dificuldades económicas e financeiras que assolam o País.

Mas pretende uma maior ação, dinamização e intervenção sindical, em conjunto com toda a estrutura sindical.

Assim sendo, privilegiará o contato pessoal e direto com os trabalhadores bancários, para uma maior proximidade, relacionamento e confiança entre as partes e consequentemente a captação de novos associados e a eleição de delegados sindicais.

Na dinamização sindical são incluídas também as reuniões gerais de associados (RGA), na região da sede e nas delegações, a efetuar com os trabalhadores no ativo e na reforma.

Para além da atividade normal decorrente da ação, da dinamização e da intervenção sindical, serão também realizados workshops, ações de formação e seminários destinados a novos quadros e aos membros da estrutura sindical, sobre temas ligados ao movimento sindical e ao mundo laboral – contratação, contencioso, SAMS, comunicação...

## Negociação coletiva e contencioso laboral

No que ao Contencioso diz respeito, foi melhorado, num passado recente, o atendimento aos associados, respondendo de forma mais célere às solicitações, mas o agravar da conflitualidade no setor, perante as situações de rescisões de contratos que têm estado a

verificar-se em toda a banca, vai obrigar a introduzir novas alterações nesta área, nomeadamente no reforço do atendimento aos associados, bem como no eventual recurso – no total respeito pelas limitações legais existentes – a gabinetes técnicos externos ao Sindicato dos Bancários do Norte.

Na sequência da transferência para a Federação do Setor Financeiro (Febase) das negociações das diversas convenções coletivas de trabalho, de que o Sindicato dos Bancários do Norte era subscritor – transferência essa efetuada no respeito pelas normas estatutárias que regem o SBN –, no ano de 2013 continuarão a ser acompanhados os processos negociais em curso, salientando-se, pela importância de que se reveste, o referente ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do setor bancário.

De facto, em meados de 2012 o grupo negociador das instituições de crédito fez a denúncia do ACT do setor bancário, pretendendo alterar o teor de forma significativa, nomeadamente nas cláusulas referentes às promoções por antiguidade e mérito, diuturnidades e prémios de antiguidade, bem como as categorias e carreiras profissionais, mobilidade geográfica, exercício da atividade sindical e SAMS, o que levou os sindicatos da Febase a apresentar uma contraproposta, su-

fragada na Comissão Permanente do Conselho Geral do SBN e no Conselho Geral da Federação, procurando responder a este ataque aos direitos dos trabalhadores bancários nossos associados.

Assim, e durante 2013, continuarão a ter lugar as negociações no sentido de ser possível obter um acordo que salvasse os direitos dos trabalhadores abrangidos por esta convenção.

No setor bancário, nos últimos dois anos não houve atualizações salariais, pelo que será defendida, nos locais próprios, a obtenção de uma atualização salarial que minimize os efeitos da ausência prolongada de aumentos salariais dos trabalhadores no ativo, dos reformados e dos pensionistas.

Estrutura e dinamização sindical, negociação coletiva e contencioso laboral – são estes os três pilares fundamentais do SBN, princípios que deveriam estar presentes em todo o conjunto do movimento sindical.

## Programa de Ação do Regime Geral

Como seria expectável, 2012 constituiu um ano de grandes constrangimentos e de enorme exigência para a economia mundial e para Portugal, afetando particularmente o setor financeiro e, consequentemente, os SAMS.

De facto e confirmando o pior dos cenários, registou-se uma acentuada depreciação do valor das contribuições para os SAMS, resultado da convergência de fatores adversos, cuja realidade lhes é imposta e não é suscetível de alteração só pela vontade e pela determinação dos sindicatos e dos seus SAMS, pela inexistência de mecanismos ao seu alcance capazes de provocar a inversão desta dinâmica negativa, consubstanciada na progressiva diminuição da população bancária e na reiterada dificuldade em promover atualizações salariais, situação que se verifica desde 2010, ano da última alteração da respetiva tabela.

Foi, pois, neste contexto de continuidade retração, que foi elaborado o orçamento e estabelecidas as Bases Gerais e o Programa de Ação.

## Outras propostas

Durante o ano, a Direção irá continuar a apoiar e a dinamizar os diversos agrupamentos do pelouro da Ação Recreativa e Cultural e manterá a aposta na promoção dos serviços destinados à ocupação dos tempos livres e de lazer dos bancários.

Uma vez que o desporto é uma das atividades com maior impacto e relevância no conjunto dos serviços prestados pelo SBN, o sindicato continuará a realizar diversas iniciativas.

No plano interno, desenvolverá todos os esforços, juntamente com empresas da especialidade vocacionadas para o efeito, para suprir eventuais lacunas nos conhecimentos dos trabalhadores do SBN e continuará a adquirir novas ferramentas informáticas, no convencimento de que desta forma estarão a ser criadas as condições atinentes à melhoria da produtividade dos trabalhadores.

Tratando-se de uma área vital e de grande importância para todas as atividades do SBN, quer em termos da difusão informativa de conteúdos resultantes da sua função essencial – negociação e defesa dos trabalhadores bancários –, quer em funções complementares de recreio e de lazer, continuará a dar especial enfoque à Informação.

Quanto aos recursos humanos, as negociações para um Acordo de Empresa a celebrar com a Fetese encontram-se na fase final.

A Direção tem dado especial atenção aos ativos patrimoniais e, nesse sentido, tem vindo a promover diversas ações atinentes à correta rendibilização dos edifícios, designadamente dos existentes na Rua de Cândido dos Reis.

O SBN prosseguirá com a execução dos compromissos resultantes da participação nas organizações em que está filiado.

## Fundo Sindical de Assistência

O Fundo Sindical de Assistência integra um conjunto de benefícios de acesso circunscrito aos associados do SBN e respetivos elementos do agregado familiar.

Nessa medida, os bancários que se encontrem devidamente inscritos como associados têm acesso a vários benefícios de natureza médico-social, tais como subsídio materno-infantil, educação especial, apoio a deficientes, apoio na invalidez, internamento em lares seniores, apoio domiciliário, pagamento diferido de despesas dos SAMS, concessão de empréstimos e participação em deslocações, em alojamento e no termalismo, e em tratamentos de desintoxicação.

## Loja de ótica

Por fim, a valorização da qualidade dos serviços prestados nas lojas da NovÓpticaSBN continuará a ser um objetivo a atingir. ■



## Núcleo de Fotografia

## Um ciclo se encerra, um ciclo se inicia

Textos: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Termina este mês o projeto "À Moda do Porto", mas o sindicato tem já uma nova proposta para os amantes da arte fotográfica: chama-se "Treze Meses, Treze Temas" e arranca em março

No dia 23 do corrente mês de janeiro o Núcleo de Fotografia do SBN encerra o projeto "À Moda do Porto", que decorreu durante quinze meses sob a orientação do coordenador do grupo, Jorge Viana Vasto, com a realização de exposições na galeria do sindicato, na Rua Conde de Vizela, de autoria de Aires Araújo Pereira, António Costa, António Morais, Eduardo Nogueira, Fernando Castro, Joaquim Silva, Jorge Viana Basto, José Cerqueira, José Godinho, Júlio Pereira, Manuel Manarte, Manuel Pereira Cardoso, Manuel Santos Vale, Manuel Pina Cabral e Rui Manuel Costa.

No seguimento do que tem vindo a nortear a sua intervenção sociocultural, a partir de março deste ano e até



Foto: Aires Araújo Pereira

junho de 2014 levará a efeito um outro evento, também com exposições mensais, com a designação "Treze Meses, Treze Temas", sob a orientação do novo coordenador, Manuel Santos Vale, que terá a colaboração de dois outros membros – José Cerqueira e Fernando Mário Castro.

É a seguinte a calendarização das exposições temáticas: março, "Flores e

Plantas"; abril, "Noturnos"; maio, "Paisagem"; junho, "Abstrato"; julho, "Espetáculos/Cenas de Rua"; agosto, "Valor Humano"; setembro, "Desporto/Movimento"; outubro, "Reportagem"; novembro, "Viagem"; dezembro, "Tema Sobre o Natal"; janeiro, "Água"; fevereiro, "Arquitetura/Monumentos"; março, "Animais"; abril, "Natureza Morta"; maio, "Todos" e encerramento. ■



Bragança



Mirandela



Braga

## Natal celebrado na sede e delegações



O SBN comemora o Natal, quer na região da sede quer nas delegações, com diversos eventos para os filhos dos associados. Assim, para os filhos dos bancários da região da sede, a iniciativa realizou-se no dia 15 de dezembro, de manhã, com um espetáculo do Circo Cardinali, no Queimódromo, antiga Feira Popular.

Aveiro, Guimarães, Penafiel, S. João da Madeira e Viana do Castelo juntaram-se ao espetáculo do Circo Cardinali no mesmo dia 15, mas da parte da tarde.

Chaves, Valença, Vila Real e Régua fizeram festas por sua própria iniciativa, mas, até à hora de encerrarmos a presente edição, não nos chegaram fotos das três primeiras delegações. ■



Circular 01/2013

MAGCGC 01

2 de Janeiro de 2013

# ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

## Convocatória

No exercício das competências definidas na alínea f) do Artigo 42º e dando cumprimento ao estabelecido no nº 1 do Artigo 25º dos Estatutos, convoco a **Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Norte para reunir, em Sessão Ordinária, no dia 9 de Abril de 2013 (Terça-feira), das 9,00 às 20,00 horas**, na Sede do Sindicato, na Rua de S. Brás, 444 – Porto, em todas as suas Delegações e ainda nas localidades e locais de trabalho com um mínimo de 6 associados onde seja possível constituir Mesa de Voto em horário a estabelecer pela MAGCGC, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

Eleições para os seguintes Órgãos Sindicais:

- 1 - Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e do Congresso
- 2 - Delegados ao Conselho Geral
- 3 - Direcção
- 4 - Comissões Sindicais de Empresa
- 5 - Comissões Sindicais de Delegação
- 6 - Comissão Sindical de Reformados

**NOTA:** De acordo com o nº 1 do Artigo 76º dos Estatutos do SBN aprovados em Assembleia Geral de 10 de Outubro de 2000 e publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, 1ª Série, nº 45, de 8 de Dezembro de 2000, os processos de candidatura deverão ser entregues à MAGCGC, nos serviços do SBN, até às 17,30 horas do dia 23 de Fevereiro de 2013.

Saudações Sindicais  
A Mesa da Assembleia Geral,  
do Conselho Geral e do Congresso  
O Presidente

*Alfredo Manuel Vieira Correia*  
a) Dr. Alfredo Manuel Vieira Correia



